



FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

KAROLAINÉ DE AGUIAR MOREIRA

**ANTICONCEPCIONAIS HORMONAIS: BENEFÍCIOS E RISCOS DE SUA
UTILIZAÇÃO PELA POPULAÇÃO FEMININA**

**ARIQUEMES-RO
2021**

KAROLAINÉ DE AGUIAR MOREIRA

**ANTICONCEPCIONAIS HORMONAIS: BENEFÍCIOS E RISCOS DE SUA
UTILIZAÇÃO PELA POPULAÇÃO FEMININA**

Trabalho de Conclusão de Curso para
obtenção do Grau de Bacharel em Farmácia
apresentado à Faculdade de Educação e Meio
Ambiente – FAEMA.

Orientadora: Prof^a. Ms. Vera Lúcia Matias
Gomes Geron.

**ARIQUEMES-RO
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M838a Moreira, Karolaine de Aguiar.

Anticoncepcionais hormonais: benefícios e riscos de sua utilização pela população feminina. / Karolaine de Aguiar Moreira. Ariquemes, RO: Faculdade de Educação e Meio Ambiente, 2021. 55 f.

Orientador: Prof. Ms. Vera Lúcia Matias Gomes Geron.

Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Farmácia – Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Ariquemes RO, 2021.

1. Anticoncepcionais hormonais. 2. Orientação farmacêutica. 3. Saúde da Mulher. 4. Contracepção hormonal. 5. Métodos hormonais. I. Título. II. Geron, Vera Lúcia Matias Gomes.

CDD 615

Bibliotecária Responsável
Herta Maria de Açucena do N. Soeiro
CRB 1114/11

KAROLAINE DE AGUIAR MOREIRA

**ANTICONCEPCIONAIS HORMONAIS: BENEFÍCIOS E RISCOS DE SUA
UTILIZAÇÃO PELA POPULAÇÃO FEMININA**

Trabalho de Conclusão de Curso para
obtenção do Grau de Bacharel em Farmácia
apresentado à Faculdade de Educação e Meio
Ambiente – FAEMA.

Orientadora: Prof^a. Ms. Vera Lúcia Matias
Gomes Geron

Banca examinadora

Prof^a. Ms. Vera Lúcia Matias Gomes Geron.
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

Prof^o. Ms. Jociel Honorato de Jesus.
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

Prof^a. Ms. Keila de Assis Vitorino.
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

**ARIQUEMES-RO
2021**

DEDICATÓRIA

Dedico a minha família pelo incentivo e
compreensão nas horas de ausência.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado fé, sabedoria e tranquilidade, me guardando em todas idas e vindas para faculdade. Só Ele sabe das dificuldades pelas quais eu passei para chegar até aqui, contudo estava sempre comigo me dando força e discernimento. Agradeço a permissão divina para a realização de um sonho.

A minha mãe Ana Cláudia e ao meu pai Valter, por todas as noites em claro orando ao meu favor, a todas as ligações e mensagens de preocupação, a toda positividade, a toda dedicação, incentivo e amparo em todos os momentos que precisei, e a confiança de sucesso depositada em mim.

Ao meu esposo, por todo o incentivo, paciência e amor.

Aos meus irmãos pela compreensão de minha ausência e a torcida pelo meu crescimento profissional e pessoal.

A minha orientadora Vera Lúcia Matias Geron, por ter aceitado o desafio de me orientar, serei eternamente grata pelo incentivo, apoio, ensinamentos e aprendizagem adquiridos.

Ao coordenador do curso de Farmácia Paulo Junior por me incentivar a expor o meu melhor.

À banca composta pelos professores Vera Lúcia Matias Gomes Geron, Keila de Assis Vitorino e ao Jociel Honorato de Jesus, por aceitar o convite para serem os membros avaliadores.

A todos os docentes que se empenharam para nos dar um ensino de qualidade.

A todos os demais amigos e familiares que contribuíram com apoio e torcida pelas minhas conquistas.

RESUMO

Os anticoncepcionais hormonais desde a década de 60 tem sido um avanço no planejamento familiar para as mulheres, sendo o método de contracepção reversível com a finalidade de prevenir gravidezes indesejadas. Os métodos hormonais de anticoncepção como o oral, injetável, transdérmico e intrauterino, apresentam aspectos semelhantes, dispondo de riscos e benefícios na sua utilização. Por tal motivo o presente trabalho possui como objetivo apresentar os principais métodos de anticoncepcionais hormonais abordando seus benefícios e riscos do uso como método primário pela população feminina. A metodologia empregada nesse estudo refere-se a uma revisão de literatura de natureza descritiva e qualitativa. Os hormônios sintéticos dos anticoncepcionais possuem um efeito similar dos hormônios femininos do período gestacional, mantendo os níveis de progesterona e estrogênio constantes, independente do método contraceptivo hormonal utilizado, todos possuem o objetivo principal de prevenir uma gravidez indesejada. Com o uso destes métodos como primário destacam-se dentre os benefícios encontrados o tratamento de endometriose e a comodidade do uso de acordo com o método de escolha, dentre os riscos estão os eventos trombolíticos e o infarto de miocárdio, que podem ser evitados com o emprego da orientação farmacêutica. Enfim, observa-se que a população feminina necessita de orientação sobre os métodos hormonais a fim de minimizar os danos e erradicar sua utilização de modo irracional, garantindo a adesão, além da eficácia terapêutica.

Palavras-chave: anticoncepcionais hormonais, riscos, benefícios, orientação farmacêutica.

ABSTRAT

Since the 1960s, hormonal contraceptives have been an advance in family planning for women, being the reversible method of contraception in order to prevent unwanted pregnancies. Hormonal methods of contraception, such as oral, injectable, transdermal and intrauterine, have similar aspects, with risks and benefits in their use. For this reason, this work aims to present the main methods of hormonal contraceptives addressing their benefits and risks of use as a primary method by the female population. The methodology used in this study refers to a descriptive and exploratory literature review. Synthetic contraceptive hormones have a similar effect to female hormones in the gestational period, keeping progesterone and estrogen levels constant, regardless of the hormonal contraceptive method used, all of which have the main objective of preventing an unwanted pregnancy. With the use of these methods as primary, among the benefits found the treatment of endometriosis and the convenience of use according to the method of choice stand out among the benefits, among the risks are thrombolytic events and myocardial infarction, which can be avoided with use of pharmaceutical guidance. Finally, it is observed that the female population needs guidance on hormonal methods in order to minimize damage and eradicate their use irrationally, ensuring adherence, in addition to therapeutic efficacy.

Key-words: hormonal contraceptives, risks, benefits, pharmaceutical advice.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA – Estados Unidos da América
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
BVS – Biblioteca Virtual em Saúde
SciELO – Brasil Scientific Electronic Library Online
FSH – Hormônio Folículo Estimulante
LH – Hormônio Luteinizante
HHO – Hipotálamo-Hipófise-Ovariano
ACOs – Anticoncepcionais Orais
AHOC – Anticoncepcional Hormonal Oral Combinado
Mg – Miligramas
AVE – Acidente Vascular Encefálico
IAM – Infarto Agudo do Miocárdio
TPM – Tensão pré-menstrual
CIs – Contraceptivos Injetáveis
SUS – Sistema Único de Saúde
AMP-D - Acetato de Medroxiprogesterona de Depósito
CME – Critérios Médicos de Elegibilidade
OMS – Organização Mundial de Saúde
DSTs – Doenças Sexualmente Transmissíveis
FDA – Food and Drug Administration
Kg – Quilograma
CYP3A4 – Enzima Citocromo P450 3A4
HMG-CoA – Redutase
SIU-LNG – Sistema Intrauterino Liberador de Levonorgestrel
Nmol/L – Nanomol por litro
cm – centímetro
DIU-Tcu – Dispositivo intrauterino de cobre
LNG – Levonorgestrel
AE – Anticoncepcional de Emergência
HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana
CFF – Conselho Federal de Farmácia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. OBJETIVOS.....	13
1.1. OBJETIVO GERAL	13
1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
2. METODOLOGIA	14
3. REVISÃO DE LITERATURA	15
3.1 SISTEMA DE REPRODUTOR FEMININO.....	15
3.2 CICLO MENSTRUAL	16
3.3 ANTICONCEPCIONAIS HORMONAIS	18
3.3.1 Anticoncepcionais orais	18
3.3.1.1 Benefícios e riscos dos anticoncepcionais orais.....	21
3.3.2 Contraceptivo injetável	22
3.3.2.1 benefícios e riscos dos contraceptivos injetáveis	24
3.3.3 Anticoncepcional transdérmico ou adesivo contraceptivo	25
3.3.3.1 Benefícios e riscos do anticoncepcional transdérmico	26
3.3.4 Sistema intrauterino liberador de levonorgestrel.....	27
3.3.4.1 Benefícios e riscos do sistema intrauterino liberador de levonorgestrel	29
3.3.5 Anticoncepção de emergência.....	30
3.3.5.1 Benefícios e riscos da anticoncepção de emergência.....	32
3.3.6 Contraindicações dos anticoncepcionais hormonais.....	33
4. PAPEL DO FARMACÊUTICO NA ORIENTAÇÃO DO USO DOS ANTICONCEPCIONAIS HORMONAIS	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS.....	41
ANEXOS	54

INTRODUÇÃO

A criação dos anticoncepcionais em 1960 foi um dos grandes avanços para a saúde da mulher, pois a partir desta evolução as mulheres passaram a ter voz sobre as questões do planejamento familiar. Em agosto do ano 1960, no dia 18 o primeiro anticoncepcional oral Enovid-10, composto por norethynodrel como princípio ativo, foi aprovado nos Estados Unidos (EUA) e logo após pelo Reino Unido como contraceptivo hormonal, descoberto pelo cientista Gregory Pincus, sendo visto como uma criação revolucionária pelo movimento feminista (SANTOS, CABRAL, 2017; MENGUE et al., 2016).

No ano de 1663 John Rock, Gregory Pincus e Celso-Ramon Garcia, fizeram um estudo sobre o uso de progestogênicos em mulheres inférteis, e com base nesse estudo analisaram que a ovulação podia ser inibida pelo tempo desejado e com regularidade, levando a outros estudos como o emprego de hormônios para o controle de fertilidade humana (SOUZA, 2015).

Brevemente, o racional dos anticoncepcionais femininos têm por objetivo impedir o encontro entre o espermatozoide e o oocisto (óvulo), bloqueando a ovulação por bloquear a secreção que ocorre dos hormônios folículo-estimulante e luteinizante, levando o endométrio a não receber a implantação, alterando a peristalse e secreção das trombas de falópio (BRITO; NOBRE; VIEIRA, 2011).

Antigamente existiam métodos anticonceptivos não hormonais, como o preservativo masculino surgido aproximadamente no ano de 1901, porém a cultura machista impossibilitou que as mulheres tivessem o direito de escolha (RIBEIRO, LIMA, MAIA, 2020). Levando a desmistificação do papel feminino como elemento reprodutivo natural, fazendo com que a maternidade se tornasse opcional para as mulheres a partir deste momento, logo depois confirmado pela lei 9.263 do ano 1996, que se refere ao planejamento familiar (BRANDT, OLIVEIRA, BURCI. 2018; SILVA, BONAN, 2017), se tornou peça-chave para uma nova era do mercado de anticoncepcionais (DIAS, JANNOTTI, TEIXEIRA, 2019).

O aumento na utilização dos contraceptivos hormonais pode ser explicado, pelo menos em partes, por serem métodos reversíveis, bem como por possuírem diversas formas de administração: orais, intramuscular, implantes subdérmicos, transdérmicos, vaginal e associado ao sistema intrauterino. Assim, são largamente procurados e utilizados pela população feminina para o planejamento familiar (ALBUQUERQUE, et al. 2018). Os anticoncepcionais hormonais chegaram às farmácias brasileiras por volta da década de 60, depois de ter sido aprovado pelos EUA. Em 1978 foi iniciada a distribuição de forma gratuita de pílulas anticoncepcionais pelo governo brasileiro para o controle de natalidade no país (BRANDT, OLIVEIRA, BURCI, 2018).

A utilização dos métodos hormonais teve um aumento, desde 1995 o uso repetitivo da anticoncepção de emergência cresceu nos Estados Unidos da América entre as mulheres de 15 a 44 anos de idade, de 0,8% no ano de 1995 aumentando para 20% em 2011 a 2015. No Brasil a taxa é de 51% em 1970 para 79% em 2015 (MIRANDA et al., 2018; MITTERMEIER, FARRANT, WISE, 2020; MEDEIROS, 2019).

Podemos observar que o crescimento do consumo de anticoncepcionais refletem no índice de fecundidade no Brasil, quadro em que o país vem apresentando alta queda no índice. Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa bruta de fecundidade de 6,3 filhos no ano de 1960 reduziu para 1,7 filho por mulheres no ano de 2015. No entanto essa diminuição ocorreu de forma diferente entre as classes sociais (TRINDADE et al., 2019; VIEIRA, 2011).

Portanto o trabalho possui como objetivo apresentar os principais métodos de anticoncepcionais hormonais abordando seus benefícios e riscos do uso como método primário pela população feminina

1. OBJETIVOS

1.1. OBJETIVO GERAL

- Apresentar os principais métodos de anticoncepcionais hormonais abordando seus benefícios e riscos do uso como método primário pela população feminina.

1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Demonstrar os sistema reprodutor feminino e o ciclo hormonal;
- Descrever a função de cada método de contracepção hormonal;
- Conhecer os benefícios e riscos dos métodos hormonais e suas contraindicações;
- Abordar a importância da orientação farmacêutica no uso dos anticoncepcionais hormonais.

2. METODOLOGIA

Refere-se a um estudo de natureza exploratória descritiva e aspecto qualitativo, com ênfase em revisão bibliográfica, onde foram utilizados para a busca científica (18) dissertações e (86) artigos publicados nas seguintes bases de dados eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Lilacs, Google Acadêmico, The Lancet, Scientific Electronic Library Online (Scielo). A partir dos seguintes descritores: anticoncepcionais hormonais, riscos, benefícios, orientação farmacêutica.

Os critérios de inclusão que foram utilizados abrangeram publicações na língua portuguesa, Inglesa e espanhola, disponíveis na íntegra, com livre acesso, atendendo o intervalo de tempo de 10 anos de publicação (2011 a 2021). Destes foram utilizados 99 publicações por conterem em seus dados a finalidade do tema exposto, sendo que a maior parte atendeu o delineamento de interesse. Outras 5 publicações que antecedem a data estimada foram incluídas por serem livros e estudos randomizados específicos ao tema.

Critérios de exclusão partiram de artigos que não estão no critério de inclusão e artigos que abordavam contraceptivos não hormonais, e aqueles que não atenderam a temática proposta.

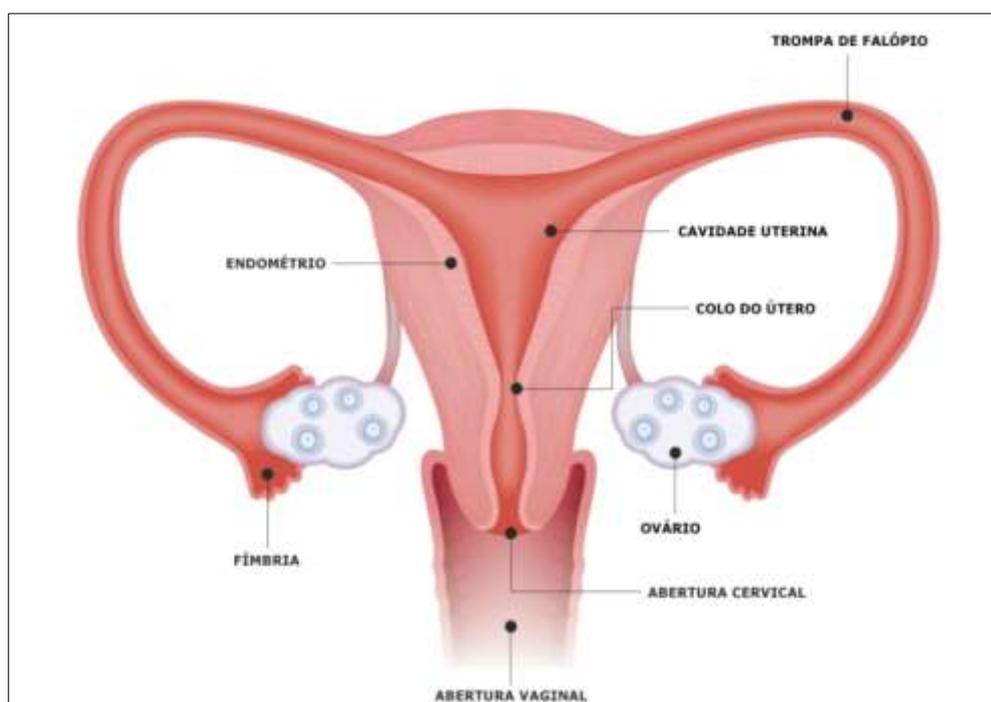
3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 SISTEMA DE REPRODUTOR FEMININO

O sistema reprodutor feminino se caracteriza por inúmeras alterações que são controladas pelos hormônios sexuais que atuam preparando o sistema reprodutor feminino para uma gestação futura. Ele contém duas trompas de falópio, dois ovários, útero e vagina, representando a genitália interna, conforme a figura 1 (SOUZA, 2015; FRAZEN, 2012).

Os ovários se encontram na cavidade pélvica superior, tendo como função a ovogênese sendo a produção de gametas no período fetal, além de maturar o ovócito. Na ovulação ocorre a expulsão do ovócito maduro e a secreção dos hormônios, estrogênio e progesterona, sendo os hormônios sexuais femininos. O útero fica responsável pela função de acolher o feto no período gestacional, além de ser fonte de fluxo menstrual (OLIVEIRA, et al., 2016; SOUZA, 2015).

Figura 1: Sistema reprodutor feminino



Fonte: Adaptado de Albuquerque (2018).

Esse sistema reprodutor feminino é regulado pelos hormônios gonadotrópicos, sendo o hormônio folículo estimulante (FSH) e o hormônio luteinizante (LH), que são produzidos na puberdade com estímulo inicial do hipotálamo. As gonadotropinas permitem que seja modificada a arquitetura ovariana, de modo a que os folículos em crescimento sejam selecionados, maturando e permitindo-os. Entretanto os hormônios sexuais femininos produzidos, com ênfase no estradiol e progesterona atuam no papel fundamental de desenvolver características secundárias onde regula o ciclo menstrual, preparam o útero para a gestação, ou seja, a implantação do blastocisto no útero, e também interferem no metabolismo feminino (CAMILLO et al., 2017).

A fase folicular ocorre num período onde o óvulo aumenta, etapa conhecida como folículo Graaf, até atingir a superfície do ovário. Logo após ocorre o transporte desse óvulo, onde ele é lançado para dentro da cavidade peritoneal. Fato que se refere à ovulação, que em geral a ovulação ocorre duas semanas antecedentes ao seguinte período menstrual (SANTOS, COSTA, 2018; MARTINI, TIMMONS, TALLITSCH, 2009).

O óvulo encontra o caminho para o interior da tuba de falópio, onde é levado ao útero, quando o óvulo esbarra com o espermatozoide e se unem, acontece a concepção. Depois que o óvulo é liberado, as células pertencentes ao folículo Graaf alteram-se rapidamente, apresentando modificações na coloração (amarelada) do corpo lúteo e produz progesterona, responsável pela preparação do útero para a recepção do óvulo fertilizado, firmando assim a gravidez. Quando não ocorre a concepção o endométrio uterino entra em descamação, ou seja, acontece o sangramento da menstruação (FRAZEN, 2012; LUPIÃO, OKAZAKI, 2011).

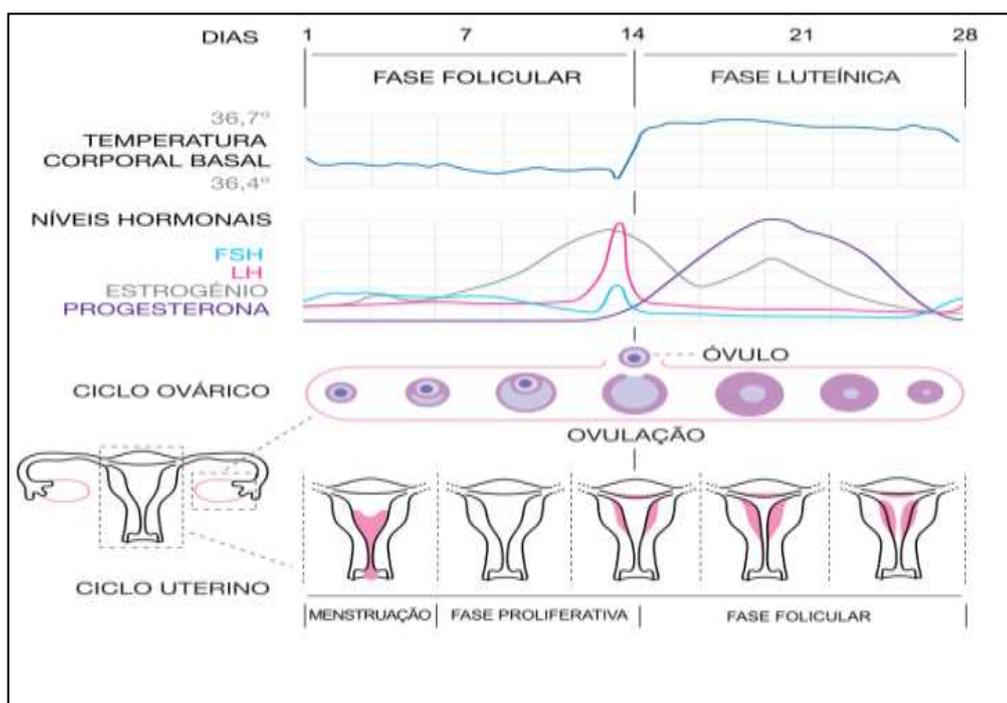
3.2 CICLO MENSTRUAL

O eixo Hipotálamo-hipófise-ovariano (HHO) se encontra ativo desde a vida fetal, durante o início dos anos de vida, voltando à ação apenas na puberdade, sendo este eixo HHO um dos responsáveis pelas modificações físicas e hormonais que ocorrerão nesta fase. A menarca é uma ocorrência tardia da puberdade feminina tendo uma importância significativa física e psicológica na vida da mulher,

estabelecendo o início da capacidade de reprodução (CAMILLO, et al., 2017; ECKERT, ROCHA, PIEREZAN, 2014).

O ciclo menstrual tem o período em torno de 28 dias, podendo ter variações consideradas normais dentre 21 a 42 dias. Este ciclo se divide em três fases, a proliferativa, a secretora e a fase lútea conforme a figura 2. A fase proliferativa acontece no início do ciclo, que ocorre depois da menstruação, onde a hipófise secreta em maior quantidade o hormônio FSH, que estimula a secreção do estrogênio, que faz o endométrio ficar mais espesso e mais vascularizado, corroborando para a sua regeneração e aumento da camada superficial (RAMOS, et al., 2018; LUPIÃO; OKAZAKI, 2011).

Figura 2 - Ciclo menstrual



Fonte: Adaptado de Febrasgo - Manual de Ginecologia Endócrina (2015).

Na fase secretora próxima do dia 14 em um ciclo de 28 dias, o LH aumenta estimulando a ovulação. E sob o estímulo de estrogênio e progesterona combinados, o endométrio chega ao seu máximo de espessamento e vascularização. Já a fase lútea tem início depois da ovulação caracterizando-se pela liberação de progesterona do corpo lúteo. Caso ocorresse a implantação do óvulo os níveis de

estrogênios e progesteronas se manteriam altos evoluindo para as alterações hormonais da gravidez. E se não houver implantação do óvulo, a secreção de estrogênio e progesterona cairia, onde o óvulo se desintegra e o endométrio se torna hemorrágico, ou seja, ocorre a descamação denominada menstruação durando em torno de 3 a 6 dias (MORAIS, SANTOS, CARVALHO, 2019).

3.3 ANTICONCEPCIONAIS HORMONAIS

3.3.1 Anticoncepcionais orais

Os anticoncepcionais orais (ACOs) são um dos métodos reversíveis, comprimidos composto por substâncias químicas que se assemelham aos hormônios femininos, estrogênio e progesterona, sendo utilizadas pelas mulheres com o intuito de prevenir gravidezes indesejadas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2006 aproximadamente 10,4 milhões de mulheres utilizaram os ACOs (ORSOLINI, 2020).

Os ACOs convencionais se dividem em anticoncepcional hormonal oral combinado (AHOC) e em minipílulas. Os AHOC constituem-se de estrógeno sintético (etinilestradiol) e progesterona sintética, podendo ser a noretindrona, o levonorgestrel, desogestrel, gestodeno ou acetato de ciproterona. Já as minipílulas são compostas de progestágeno como norestisterona e norgestrel, que atuam de forma a inibir a ovulação, com isso aumenta a viscosidade cervical (ALMEIDA, ASSIS, 2017).

Os AHOC foram ordenados como contraceptivos orais de primeira, segunda e terceira geração, sendo em formas monofásicas, bifásicas ou trifásicas. As monofásicas possuem de 21, 24 e 28 comprimidos com igual composição e dosagem hormonal, sendo a pílula atualmente mais utilizada. As bifásicas integram a mesma composição, entretanto dividem-se em duas fases de dosagem. Já as trifásicas se dividem em três fases com diferentes dosagens (AGUIRRE, 2016). Essa classificação por geração se deu por causa das alterações na composição das pílulas ACOs. A primeira geração é considerada arcaica, que possuía em sua composição o mestranol (estrogênio) e noretisterona (progestágeno) apresentando efeitos colaterais intensos, como cefaleia, não sendo mais utilizadas. A de segunda

geração contém etinilestradiol em doses de 30 a 50 μg e levonorgestrel, utilizadas ainda por algumas mulheres, tendo como nome comercial: Level, Ciclo 21, Microvlar, dispostas no Sistema Único de Saúde (SUS) (BRITO, NOBRE, VIEIRA, 2011).

De modo que a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que os ACOs sejam de baixa dosagem, a terceira geração desta pílula hormonal (Figura 3) apresenta o etinilestradiol em doses menores ou igual a 30 μg com progestágenos atuais como, Ciproterona (Diane 35, Selene, Diclin), Gestodeno (Adoless, Tâmis, Ginesse), Drospirenona (Elane, Yasmin, Ciclo), as mais empregadas atualmente (ARAÚJO, et al., 2016; ALBUQUERQUE, et al., 2018). As minipílulas ou pílulas progestinas também estão sendo procuradas por conter em sua composição apenas progesterona sintética, indicadas normalmente quando a paciente não se adapta as AHOC, atuando no adensamento do muco cervical e na cessação do ciclo menstrual, inibindo a ovulação (WORLD HEALTH ORGANIZATION et al., 2015).

Figura 3: Pílula anticoncepcional de terceira geração

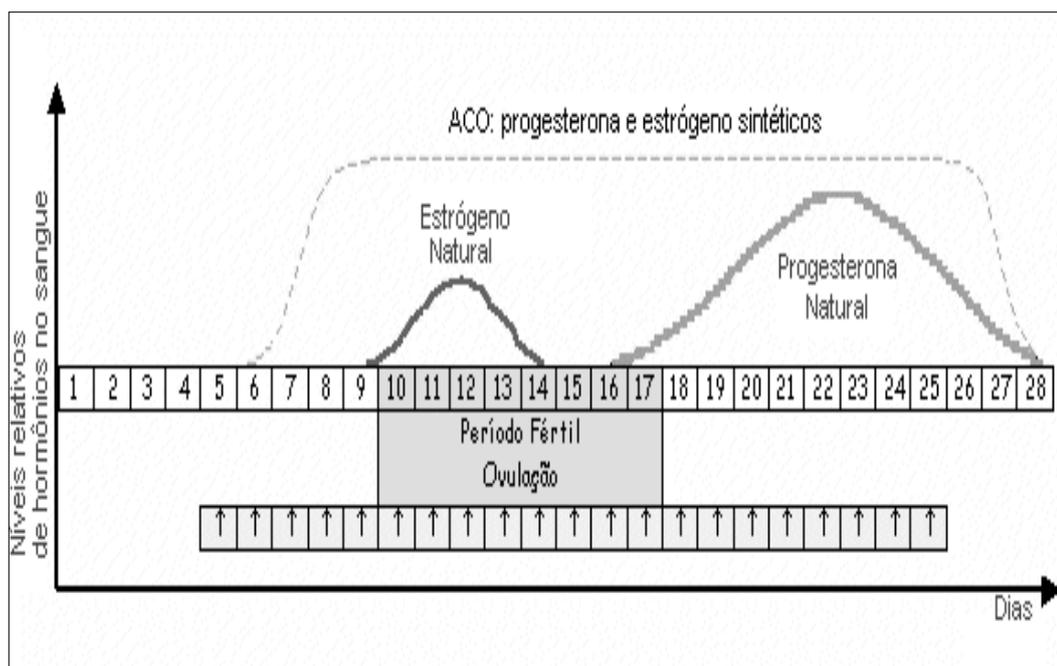


Fonte: Adaptado de Philippe Huguen/AFP (2013).

No mecanismo de ação os hormônios sintéticos de estrogênio e progesterona impossibilita a ovulação por meio da retroação negativa da progesterona, onde se tem uma redução da frequência do hormônio liberador de gonadotrofina e do

hipotálamo que resulta na declinação da liberação do hormônio folículo-estimulante (FSH) e também do hormônio luteinizante (LH), impossibilitando o desenvolvimento folicular e prevenindo um aumento nos níveis de estradiol, mantendo os níveis hormonais estáveis (figura 4) (DIAS, JANNOTTI, TEIXEIRA, 2019).

Figura 4: Mecanismo de ação dos ACOs



Fonte: Adaptado de Thomas, J. A. & Jones, J. E. (1979).

O etinilestradiol deriva-se do 17β -estradiol, o principal estrogênio endógeno no ser humano, sendo ativada somente durante a primeira fase de metabolização no fígado. Já o progestágeno responsável por diferenciar as fórmulas, atua no espessamento do muco cervical, onde o torna impenetrável para o espermatozoide, evitando o desempenho da nidação pela hipotrofia do endométrio. As alterações podem ser visíveis durante o ciclo em uma mulher jovem fértil, mas com a utilização dos ACOs as mulheres não apontam picos hormonais e por isso não entram em período fértil, não havendo a concepção (STECKERT, NUNES, ALANO, 2016; SILVA, et al., 2017).

Os ACOs podem ser utilizados assim que a mulher entrar na menarca, etapa que ocorre desde a primeira menstruação. Caso não houver nenhuma contraindicação, são indicadas geralmente até os 35 anos de idade. Os efeitos

colaterais são geralmente náuseas, cefaleia, retenção de líquido e alteração do peso corporal são mais frequentes (SANTOS et al., 2020).

Os ACOs no primeiro mês de utilização devem iniciar-se a ingestão da pílula no primeiro dia do sangramento menstrual, durante 21 dias se faz a ingestão diária no mesmo horário sem interrupção. Nos outros ciclos após os 7 dias de pausa (interrupção) reinicia-se a ingestão no oitavo dia. Em caso de esquecimento de somente uma drácea deve toma-la assim que averiguar o esquecimento, prosseguindo com o uso das demais. Mas caso esqueça duas ou mais dráceas, deve dar sequência ao método associando a outro método contraceptivo. O fato de esquecer-se de ingerir a drácea leva a redução da eficácia e o aumento da probabilidade de hemorragia intermédia. A suspensão da pílula é indicada em caso de contraindicações, ausência de relações sexuais e desejo de gestar (FERREIRA, SCHIESSL, 2021).

3.3.1.1 Benefícios e riscos dos anticoncepcionais orais

Os anticoncepcionais orais possuem benefícios que somam com a contracepção, como a regulação da dismenorreia, também controla a tensão pré-menstrual, a anemia ferropriva e doenças benignas de mama, tem como benefícios a melhor qualidade da pele com menos oleosidade, com menor probabilidade de ocorrer acne, deixando os cabelos menos oleosos, controle do ciclo menstrual, reduz os sinais da tensão pré-menstrual (TPM), maior eficácia, diminuição de pelos corporais e faciais causados por hirsutismo, redução no risco de câncer de ovário e de endométrio, redução do fluxo e cólicas menstruais, tratamento de endometriose e baixo custo. A facilidade de acesso se dá pela forma de adquirir o ACO no Brasil, sendo por meio de consulta médica com profissionais de saúde em serviços públicos como também nos privados, tendo como possibilidade de adquirir o fármaco em farmácias ou drogarias sem a obrigação de prescrição médica (PINTO, RODOVALHO-CALLEGARI, CARBOL, 2020).

Esse método possui alguns riscos ou mesmo desvantagens, como o esquecimento de ingerir a pílula ou não manter o horário preconizado de tomar a pílula, náuseas e vômitos, cefaleia, alterações de humor, interações farmacológicas, possíveis sangramentos irregulares. Os riscos estão associados à ocorrência de

eventos trombolíticos, infarto do miocárdio e acidente vascular encefálico, grande risco de câncer de mama, não previne doenças sexualmente transmissíveis, podendo interferir na produção de leite durante o período de aleitamento materno. Os ACOs que contém apenas progesterona possui menos riscos associados aos eventos tromboembólicos. No entanto não existem estudos que proferem com os dois grupos, onde um seria administrado o placebo (BRANDT, OLIVEIRA, BURCI, 2016).

A propagação de ACO sem prescrição colaborou para o desconhecimento do uso contraindicado, que pode causar efeitos adversos à saúde. Um estudo recente avaliou o conhecimento das mulheres em relação aos efeitos do ACO na saúde, em um total de cinco cidades do Brasil, entretanto teve como resultado o nível baixo de conhecimento em relação ao o método contraceptivo hormonal que utilizam (CORRÊA et al., 2017). São poucos os estudos que procuram avaliar a presença de contraindicações a utilização dos ACO entre as mulheres. Sendo relativamente previsto pelo fato da maioria das mulheres não estar sob o controle dos serviços de saúde, levando-as a adquirir a pílula de forma direta nas farmácias (CORRÊA, 2012; MELO, MOTA, 2015).

3.3.2 Contraceptivo injetável

No ano de 1953, obteve-se um contraceptivo a base de álcool e progestágeno com efeito longo e injetável, pelo K. Junkam. A partir do início da década de 60 os contraceptivos injetáveis (CIs) já eram utilizados, no entanto só foi aprovado em 1992 na América do norte (FARIAS, et al., 2016). Os CIs são injeções constituídas por hormônios que se parecem aos que o ovário produz, sendo sintéticos como a progesterona ou associações de estrogênios de administração intramuscular com doses hormonais para longa duração. Atuam evitando a ovulação, devendo ser aplicados a cada 30 dias ou a cada 3 meses de acordo com a formulação. Porém podem causar a irregularidade do ciclo menstrual da mulher (MENGUE, et al, 2016; MORAIS, et al., 2019).

Os CIs são usados normalmente quando a paciente não se adequa a pílula ACO, pelo fato de esquecer-se de tomar a pílula diariamente ou por intolerância gastrointestinal aos hormônios. Os CIs não tem o efeito de primeira passagem no

fígado, apresentando-se por duas formulações injetáveis diferentes, as combinadas que são mensais e as integradas por progestágeno sendo trimestrais (BORGES, et al, 2021). As injetáveis mensais ou combinados possuem em sua composição estrogênio e progestogênios, é aplicada por via intramuscular no 5º ao 7º dia após o ciclo a cada 30 dias, a partir da primeira injeção, as marcas mais utilizadas no Brasil são a Perlutan, Noregyna, Ciclofemina, Mesigyna e Preg-less (MORAIS, et al., 2019).

No Sistema Único de Saúde (SUS) são ofertadas algumas apresentações injetáveis tanto mensais como trimestrais, as mensais possuem éster de estrogênio natural, estradiol e progestágeno sintético, já as trimestrais possuem acetato de medroxiprogesterona de depósito (AMP-D) 150 mg (FARIAS, et al., 2018). Os CIs trimestrais são comercializados no Brasil como Depo-Provera (Figura 5) e Contracep, sendo a base de Acetato de medroxiprogesterona de depósito (AMP- 50, 150 e 500mg), a de 500mg é usada para o tratamento de oncologias endometriais. De aplicação intramuscular profunda, contém micro cristais suspensos que se depositam no músculo e são liberados de forma lenta. Administrada a cada três meses com tolerância de até duas semanas do período estabelecido (PANISSET, GIORDANO, GIORDANO, 2015).

Figura 5: Depo-Provera – Contraceptivo injetável



As depurações hormonais levam em torno de seis a oito meses para desaparecer quando cessado o uso dos CIs trimestrais, sendo mais longo esse período quando a paciente apresenta sobrepeso. Ocorrendo também com as injetáveis mensais, por causa da presença de etinilestradiol que afeta o sistema renina angiotensina aldosterona, ocasionando a retenção de líquido por mineralocorticoide (SANTOS, et al., 2012; BORGES, et al., 2021). Seus efeitos colaterais mais frequentes são as cefaleias, ganho de peso alterações no ciclo menstrual como aumento do fluxo a amenorreia, o aumento de peso ocorre em torno de 60 dias depois da última aplicação injetável. Os CIs devem ser sempre utilizados sob orientação médica de acordo com os Critérios Médicos de Elegibilidade para uso dos métodos anticoncepcionais (CME), da Organização Mundial da Saúde (OMS). Sendo importante lembrar que Os CIs não previnem contra as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) (ALMEIDA, et al., 2018).

3.3.2.1 Benefícios e riscos dos contraceptivos injetáveis

Os benefícios deste método CIs exclusivos de progestágenos estão relacionados ao sistema reprodutor e o ciclo menstrual, como o aumento da lubrificação vaginal, utilização pós-parto com intuito de diminuir o risco de anemia ferropriva, diminuição de cólicas menstruais, prevenção de cânceres de endométrio e de ovário. Os CIs em geral possuem elevada aceitabilidade por ser de grande eficácia e superior ao oral, pois permite uma liberação homogênea e lenta. A comodidade de aplicação se dá por ser uma única injeção mensal ou trimestral, dispõe de doses reais de esteroides, sendo de aplicação simples, não interfere no ato sexual, pode interromper seu uso a qualquer momento, a fertilidade retorna em um curto espaço de tempo, e os CIs não conferem efeito cumulativo após várias injeções (FARIAS et al., 2018).

Esse método de CIs combinados possui riscos tromboembólicos, infarto de miocárdio, hipertensão arterial e Acidente Vascular Cerebral dependendo do tipo de hormônio utilizado, dosagem e histórico de doenças da paciente. Há complicações como irregularidade no ciclo menstrual e fluxo, podendo causar amenorreia, retenção de líquido e acne. Também pode ser alinhado a não aceitação por algumas mulheres pelo fato de gerar dor o ato da aplicação intramuscular e

alterações periódicas no sangramento. Essas alterações são ocasionadas geralmente pela descontinuação do uso do método, levando também a ocorrência de alguns efeitos colaterais, como o peso aumentado e a mastalgia. Não se pode fazer massagem ou aplicar compressa com água quente no local da aplicação (LIMA et al., 2015; CASTRO, GODINHO, 2015).

3.3.3 Anticoncepcional transdérmico ou adesivo contraceptivo

A Food and Drug Administration (FDA), agência federal do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, aprovou no ano de 2001 o primeiro adesivo contraceptivo transdérmico chamado Ortho Evra da empresa Ortho-McNeil, um adesivo pequeno com 2,5 cm quadrado composto pelos hormônios sintéticos, etinilestradiol e norelgestromina. Mesmo que ele foi desenvolvido pela empresa Ortho-McNeil sua comercialização ocorreu através da empresa RW Johnson. O adesivo contraceptivo chegou ao Brasil no ano seguinte 2002 com o nome apenas de Evra contraceptivo (Figura 6), e a partir desse ano passou a ser aderido pelas jovens usuárias das pílulas anticoncepcionais (LIMA et al., 2017). O estudo de Cole et al (2007) que investigou as usuárias do sistema transdérmico, cerca de 98.790 mulheres participantes nos EUA, não apresentou casos de AVE dentro do período de pesquisa de 2002 a 2004.

Figura 6: Evra contraceptivo adesivo



Fonte: Adaptado de Albuquerque (2018).

Atualmente o contraceptivo transdérmico é um método hormonal para mulheres que não preferem as pílulas orais. Os adesivos são tiras pequenas aderentes a pele, constituídos de 750 µg de etinilestradiol e 6,0 mg (6.000 µg) de norelgestromina que se converte em levonorgestrel após a metabolização pelo fígado, esse adesivo pode ser colocado em quatro locais que são o antebraço, abdômen, região glútea e dorso. Essas quantidades específicas de estrógeno e progestágeno são liberadas na corrente sanguínea ao percorrer do dia, mas o corpo absorve somente 20 µg de etinilestradiol e 150 µg de norelgestromina que vai direto para circulação sistêmica (COSTA, LIMA, 2017; HOFMANN, et al., 2014).

O adesivo compõe quatro camadas, sua primeira camada é composta por um filme poliéster incolor, na segunda camada possui o fármaco estradiol, a terceira camada forma-se uma membrana de copolímero de etileno-coacetato de vinila, que é responsável por controlar a liberação do fármaco, a última camada sendo a adesiva (LANZILLOTI, 2012). Podendo ser utilizados em quatro locais como no abdômen, região glútea, braço e dorso, com eficácia comprovada de 99,4% (BERMUDEZ, et al., 2018).

Os adesivos devem ser trocados semanalmente durante 21 dias tendo o intervalo de 7 dias, ou seja, uma semana, onde acontece o sangramento por privação, podendo ser suspensa a pausa se a usuária almejar. Possui um impacto reduzido em termos de coagulação pelo fato de não existir a metabolização de primeira passagem. Sendo indicada para mulheres que não se identificaram com outros tipos de contracepção hormonal, em casos de polimedicação e na ocorrência de efeitos colaterais e incomodo (SILVA, ARAÚJO, 2020). Na via transdérmica o risco pode ser equivalente ao da via oral, portanto a liberação de 20 µcg de etinilestradiol por dia leva ao risco de trombose comparado a 35 µg diária de anticoncepcional oral combinado (BITTENCOURT, et al., 2017).

3.3.3.1 Benefícios e riscos do anticoncepcional transdérmico

Os benefícios do anticoncepcional transdérmico é similar ao anticoncepcional injetável, sendo o não efeito de primeira passagem pelo fígado. Além da concentração dos hormônios serem constantes, que traz como benefício à

comodidade do uso, em relação aos níveis plasmáticos eles ficam mais estáveis não havendo picos ou quedas, torna-se uma solução para pessoas que tem dificuldades de deglutir, também para mulheres com síndrome disabsortivas intestinais, a aplicação deste método é indolor e confortável (BERMUDEZ, et al., 2018).

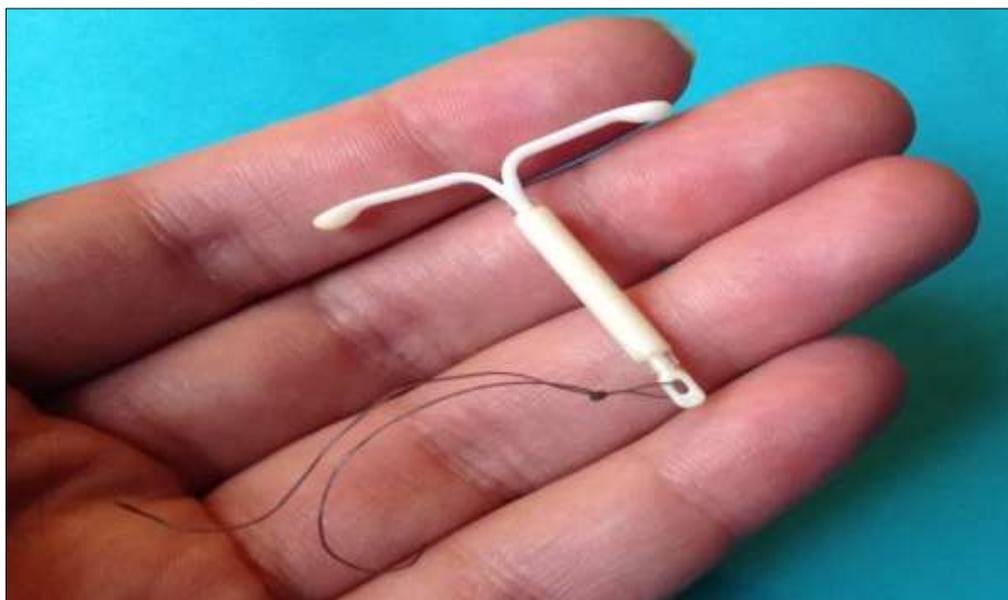
Como riscos o adesivo contraceptivo pode ficar visível trazendo desconforto, pode descolar ao decorrer do dia, ocorrer alergia ou vermelhidão no local da aplicação do adesivo, causar alterações no peso e não atua contra doenças sexualmente transmissíveis. O risco de aumentar os níveis plasmáticos de etinilestradiol no sangue ocorre geralmente pelo uso simultâneo de medicamentos como paracetamol, ácido ascórbico, inibidores da enzima Citocromo P450 3A4 (CYP3A4) que são itraconazol, cetoconazol, fluconazol, alguns inibidores da protease (indinavir, atazanavir) e inibidores da enzima HMG-CoA-redutase (atorvastatina e rosuvastatina). A utilização de métodos ACOs e dos contraceptivos transdérmicos ao mesmo tempo também interfere na farmacocinética sendo contraindicado (FINOTTI, 2015).

3.3.4 Sistema intrauterino liberador de levonorgestrel

A partir do ano de 1976 começaram dar ênfase para os dispositivos intrauterinos hormonais, na década de 1980 o primeiro Sistema intrauterino de levonorgestrel (SIU-LNG) foi produzido para um programa de desenvolvimento de novos métodos contraceptivos, com o financiamento e coordenação do International Committee for Contraception Research e o Population Council. Nesta época foram criados apenas dois modelos, um que liberava 20 µg por dia de levonorgestrel e outro 30 µg, os dois obtiveram uma boa eficácia no estudo randomizado com aproximadamente 8.000 mulheres em acompanhamento, dirigido pelo Brasil e Finlândia (MONTEIRO, 2015). Outro estudo realizado entre os anos de 2014 a 2016 com um total de 200 pacientes que foram submetidos a inserção de SIU-LNG conforme os critérios de exclusão e inclusão estabelecidos em Costa Rica, demonstrou que 83,5% também tiveram uma evolução satisfatória (ESCOBAR-PAREDES, PERALTA-RIVERA, 2019).

No ano de 2000 o Mirena SIU-LNG (Figura 7) chegou ao Brasil, composto por 52 mg de Levonorgestrel com 32x32 milímetros de diâmetro. Logo após foi lançado outro SIU-LNG de menor tamanho de composição reduzida, chamado Kyleena com 19,5 mg de Levonorgestrel em formulação e com o diâmetro de 28x30 milímetros. O SIU-LNG é composto por progesterona sintética em óleo siliconado, possuindo a estrutura de polietileno com base no modelo do dispositivo Nova T, a junção do levonorgestrel e polidimetilsiloxane na haste molda-se em torno do braço na forma vertical. Essa haste possui revestimento de membrana polidimetilsiloxane responsável por regular a liberação do fármaco (BORGES, TAMAZATO, FERREIRA, 2015; POLI, et al., 2009).

Figura 7: Sistema Intrauterino Liberador de Levonorgestrel



Fonte: Adaptado de Ginecologia Geral (2018).

Este pequeno aparelho é instalado no interior do útero com liberação de 20 µg de levonorgestrel/dia por cinco anos. Esse método atua causando a atrofia do endométrio por ação local, onde impede que o óvulo seja implantado. O muco cervical torna-se mais espesso a fim de dificultar a motilidade dos espermatozoides ao local de fecundação, podendo agir em alguns casos no bloqueio da ovulação. Para isso a concentração de levonorgestrel é contida no plasma, com nível de estabilização variante de 0.3 a 0.6nmol/L após poucas semanas da inserção do DIU. (COSTA, LIMA, 2017).

Para a inserção do SIU-LNG na paciente é necessário que ela passe por consulta clínica e faça exames como o Papanicolau e ultrassom transvaginal a fim de identificar se há algum fator que impeça a colocação do SIU-LNG. A paciente não pode apresentar vaginites, má formação uterina que impossibilite a inserção e doenças inflamatórias no útero (GIGLIO, et al., 2017). Este método é indicado em casos de anemia por fluxo menstrual, em menorragias e até em amenorreia, sendo um método reversível de forma imediata. Quando colocado na mulher apresenta efeitos colaterais como dor pélvica, pode levar a hemorragias frequentes, dismenorreia, surgimento de acnes, dor nas mamas (mastodinia) e até a expulsão do dispositivo. Ainda pode causar disfunção ovariana, podendo desenvolver cistos funcionais. Este método não é disponibilizado pelo SUS (BRAGA, 2016).

3.3.4.1 Benefícios e riscos do Sistema intrauterino liberador de levonorgestrel

O SIU-LNG é considerado um tratamento de primeira escolha no Reino Unido e utilizado em mais 115 países para o tratamento de menorragia, sendo aprovado em 120 países como contraceptivo hormonal. Auxilia no tratamento da dismenorreia com redução da dor pélvica, atua tratando a endometriose e adenomiose, no tratamento de miomas uterinos, anemia ferropriva e coagulopatias. De acordo com os critérios de elegibilidade da Organização Mundial de Saúde este método possui segurança para ser usado por mulheres multíparas, nulíparas e mulheres com outras situações clínicas (AGOSTINHO et al., 2020).

Conforme a categoria 2 dos critérios de elegibilidade da OMS os benefícios precisam superar os possíveis malefícios para ser considerado uma boa opção contraceptiva. Para evidenciar a alta eficácia do SIU-LNG estudos têm apresentado que mais de 80% das mulheres mantiveram seu uso após um ano. Tendo grandes taxas de aceitabilidade e pequenas taxas de complicação de satisfação das usuárias (PIRES et al., 2020). É uma possibilidade a histerectomia nas mulheres, mesmo que tenha sido produzido para fins contraceptivos, apontou um grande efeito supressor do endométrio se tornando útil para patologias ginecológicas, em especial em eventos de sangramento uterino anormal. Como anticoncepcional sua eficácia é comparada a de esterilização tubária dependendo da série estudada. No entanto

esse método é associado aos riscos de desencadear infecções, doença inflamatória pélvica e risco de expulsão do dispositivo (AGOSTINHO et al., 2020).

3.3.5 Anticoncepção de emergência

No ano de 1972 o médico canadense Albert Yuzpe apresentou seu estudo sobre os anticoncepcionais de emergência conhecido como pílula anticoncepcional onde este combinava estrogênio e progesterona para atingir os efeitos contraceptivos. A carga hormonal que cada dose carrega ao corpo trata-se de uma “bomba” hormonal que inibe a ovulação, alterando em caráter bioquímico as trompas, impossibilitando que os espermatozoides fecunde o óvulo (TOSE, et al., 2020). Devido a seus inúmeros efeitos colaterais tornou-se necessário novas pesquisas para minimizar esses danos, surgindo por volta de 1990 um novo contraceptivo composto apenas por um hormônio sintético chamado Levonorgestrel, que é uma progesterona sintética utilizada até os dias atuais por sua eficácia farmacológica (BRANDÃO, 2017; VIEIRA, MORAIS, FREY, 2020).

De acordo com o Ministério da Saúde o Levonorgestrel (LNG) é uma anticoncepção de emergência (AE), sendo um método que previne a gravidez não planejada de forma eficaz nas primeiras 24 horas após a relação sexual, podendo ser utilizada até 120 horas com decaimento de sua eficácia, indicado quando há exposição ao sexo desprotegido ou mesmo a falha do método contraceptivo de escolha (FERREIRA et al., 2019). O LNG é uma medicação aprovada pela vigilância sanitária, sendo uma AE se incluí no Ministério da Saúde, no regulamento do planejamento familiar e de violência sexual. Assegurado pelo Conselho Regional de Medicina de São Paulo que a AE é um direito da mulher, no caderno de ética em ginecologia e obstetrícia (MIRANDA et al., 2018).

As pílulas AE constituídas apenas por LNG (Figura 8) atuam em seu mecanismo de ação interferindo o processo de ovulação e possivelmente evitando o encontro do espermatozoide com o ovócito. Quando são utilizadas antes de haver a ovulação, irão atuar para inibir o pico da pré-ovulação da Hormona Luteínica, onde impedirá o desenvolvimento e liberação do óvulo (ALEGRE-DEL REY, FÉNIX-CABALLERO, DÍAZ-NAVARRO, 2017). A progestina, hormônio sintético da

progesterona, utilizado nas AE, atua praticamente enganando o organismo feminino de que esteja grávida. Pois quando uma mulher está gestante seu organismo libera progesterona que impede a ovulação. Portanto o hormônio sintético faz esse papel da progesterona na mulher que não esteja gestante, controlando a natalidade, impulsionando o organismo a impedir a ovulação (BRANDÃO, et al., 2016).

Figura 8: Pílulas Anticoncepcionais de Emergência



Fonte: Adaptado de Farmacologia e Saúde (2019).

A dosagem indicada do LNG é de 1,5mg numa única dose, ou duas doses de 0,75 mg/ cada, onde toma-se a primeira dose e aguarda 12 horas para ingerir a segunda dose. O LNG irá atuar na interferência do desenvolvimento folicular, impedindo a ovulação, devendo ser usado antes do pico do hormônio luteinizante (AMORIM, 2019). Há evidências de que a AE como o LNG evita a gravidez sem implicar na gestação, ou seja, não atua contra o embrião, não atuando antes, durante ou mesmo depois dos 15 dias da implantação, podendo afirmar que este não é um método abortivo. Porém é recomendado que seu uso seja somente quando descartada a gravidez por meio de testes (CAMPOS, et al., 2020; SANTOS, CABRAL, 2017).

Em relação à menstruação, em algumas mulheres pode acontecer de atrasar ou mesmo adiantar, depois de utilizar a pílula do dia seguinte. Portanto o uso

frequente ou repetido pode levar a transtornos menstruais, dificultando a identificação das fases do ciclo menstrual e do período fértil (FREITAS, CERON, NOWACKI, 2019). A AE levonorgestrel pode ocasionar alteração nas taxas hormonais, levando a desregularização do ciclo menstrual. Quando utilizado do período correto tem-se como efeito o adiantamento da menstruação em alguns dias. Isto porque a progestina (hormônio sintético da progesterona) impede a ovulação (CAVALCANTE et al., 2016).

Dentre os efeitos colaterais mais frequentes estão às náuseas, fadiga, cefaleia, vômitos, dores abdominais, sangramento leve, menstruação irregular, disenteria, mamas sensíveis, alterações no humor, sangramento fora do período menstrual, dentre outros (GIRALDO et al., 2019). O uso prolongado deste medicamento pode acarretar num aumento de desenvolver câncer de mama, câncer de colo e de vagina. Portanto a alta dose também trás riscos, como de falha da medicação, acarretando em sintomas característicos como náuseas e vômitos (LEAL, RODRIGUES, 2019).

3.3.5.1 Benefícios e riscos da anticoncepção de emergência

Sendo um método proposto como de última escolha, não sendo contínuo, deve ser utilizado somente em casos de emergência. Tem como benefícios a prevenção da gravidez indesejada por motivos emergentes como a falha do método de primeira escolha e violência sexual. Esse método de anticoncepção de emergência de Levonorgestrel isolado pode ser utilizado por mulheres com histórico de hipertensão arterial e diabetes mellitus. Possui estudos que conferem segurança dessa contracepção, sem registro maior de incidência relacionado a anomalias fetais (LIMA et al., 2019).

Os riscos são os mesmos das anticoncepções orais de progestinas como esquecimento, não tomar no horário indicado pela fabricante, náuseas, vômitos, exceder às 120 horas após a relação sexual para ingerir a pílula e os riscos associados ao tromboembolismo venoso. A AE não oferece proteção contra DSTs, nem contra o vírus da imunodeficiência humana (HIV) (SANTOS et al., 2017).

3.3.6 Contraindicações dos anticoncepcionais hormonais

No Brasil não existem estudos populacionais similares com o uso de amostra que represente a população brasileira. Uma análise local feita no estado do Rio Grande do Sul na cidade de Pelotas dentre os anos de 1992 e 1999, demonstrou que entre as 279 usuárias de ACOs, 22% obtiveram alguma contraindicação pelo uso de ACOs. Com a condição mais dominante o tabagismo acima de 35 anos de idade, seguido de HAS (GROSSMAN et al., 2011; XU et al., 2013). Em resposta a situação as agências internacionais e o Ministério da Saúde, optaram por adotar recomendações para o uso dos ACOs, com critérios de elegibilidade que podem ser determinados por uma minuciosa avaliação, com o histórico clínico e familiar da mulher junto à medida da pressão arterial (YU, HU, 2013; LUPÍÃO, OKAZAKI, 2011; CATUNDA FERREIRA et al., 2019).

Os injetáveis trimestrais ou exclusivos de progestágenos possuem em sua composição apenas o acetato de medroxiprogesterona de depósito 150mg. Este é indicado quando há contraindicações relacionadas aos injetáveis combinados que possui em sua formulação além do progestágeno o estradiol. Utilizados na vigência das doenças contraindicadas pelos injetáveis combinados e ainda pode ser administrado quando há amamentação exclusiva e em mulheres acima de 35 anos de idade (FERREIRA, DÁVILA, SAFATLE, 2019).

Os anticoncepcionais transdérmicos possuem apenas a opção combinada, composta de 750 µg de etinilestradiol e 6,0 mg (6.000 µg) de norelgestromina, levando este método a conter contraindicações similares a dos ACOs composto, pois mesmo sendo um adesivo transdérmico ele libera a quantidade específica de hormônios na pele que chega a corrente sanguínea tendo resultado igual aos ACOs. Portanto pode ocorrer as mesmas interações medicamentosas (ECKERT, ROCHA, PIEREZAN, 2014).

Um estudo na Dinamarca com um total de 1.626.158 mulheres acompanhadas entre o ano 1995 e 2009, evidenciou durante esse período registros de casos de acidente vascular encefálico, confirmando o risco de 3,15 entre as usuárias de adesivo anticoncepcional (LIDEGAARD et al., 2012). Outro estudo com o estudo com usuárias do SIU-LNG comparadas a usuárias do Dispositivo

intrauterino de cobre (DIU-Tcu) com 163 mulheres, teve como resultado um aumento de peso de aproximadamente 3,1 kg ao longo de cinco anos para o SIU-LNG enquanto que para o DIU-Tcu o aumento foi de 4,9 kg durante os cinco anos (YELA et al., 2006).

No método de contracepção emergencial as mulheres com ascendentes de Acidente Vascular Encefálico, tromboembolismo, diabetes com complicações vascular, as que possuem enxaqueca severa podem fazer o uso das pílulas contendo Levonorgestrel isolado. Pois como não é um método contínuo, espera-se seja utilizado apenas quando houver emergência (BYLAARDT, GRIEP, POSSOBON, 2020; LACERDA, PORTELA, MARQUES, 2019).

Um ensaio randomizado com aproximadamente 2.000 mulheres no ano de 1998 a OMS comparou a eficácia entre o uso do método de Yuzpe ao uso do método de Levonorgestrel isolado, iniciando a medicação dentro das primeiras 72 horas após ocorrer o coito desprotegido. Obtendo como resultado a taxa de 3,2% de gestação no método Yuzpe contra 1.1% de taxa de gravidez do método de Levonorgestrel, apresentando eficácia elevada ao método isolado (KENNEDY, 1998; RUBIO-TERRES, SCHID, 2012).

Com relação aos estudos apresentados foi elaborado uma tabela com as contraindicações dos principais métodos hormonais, sendo eles os Anticoncepcionais Orais (ACOs) representado pela cor rosa, os Contraceptivos Injetáveis (CIs) representado pela cor azul, os Adesivos Contraceptivos Transdérmicos (Adesivos) representado pela cor verde, o Sistema Intrauterino Liberador de Levonorgestrel (SIU-LNG) representado pela cor vermelha, e a Anticoncepção de Emergência (AE) representado pela cor amarela (GONZAGA, ROZIN, GARBELINI, 2018; VARELA, 2011; SANTOS, FERREIRA, SILVA, 2015; POMPERMAIER, ZANELLA, PALUDO, 2021). A seguir a tabela 1.

Tabela 1: Tabela de contraindicações dos anticoncepcionais Hormonais

TABELA DE CONTRAINDICAÇÕES DOS ANTICONCEPCIONAIS HORMONAIS					
Contra-indicações	ACOs	Cl	Adesivo	SIU-LNG	AE
Neoplasia estrogênio-dependente que seja atual ou em progresso; Tumor hepático maligno, benigno ou em progresso; Uso concomitante com antibióticos, anticonvulsivantes e fungicidas. Doença falciforme; Tabagistas; Icterícia induzida por bile;					
Mulheres que possuem mais de 35 anos (métodos combinados); Hiperlipidemia congênita; Distúrbio tromboembólico Hipertensão Arterial Sistêmica; Diabetes Mellitus; Acidente Vascular Encefálico;					
Função hepática agravada; Câncer de mama ou suspeita; Obesidade;					
Suspeita de gravidez;					
Cardiopatias valvulares; Patologias mamárias; Patologias endometriais; Alcoolismo; Câncer genital; Enxaqueca grave recidivante; Patologias estrogênio-dependentes (endometriose e mioma uterino);					
Sangramento vaginal não esclarecido Câncer de útero					
Osteoporose; Intolerância a um ou mais componentes da fórmula; Embolia pulmonar ou ocular;					
Trombose venosa profunda;					
Infecção pélvica; Distorção da cavidade uterina e dor; Deformidade na cavidade endometrial, Malformação da cavidade uterina; Estenose do colo de útero; Lesão estrutural e histológica como mioma maior que 3 cm; Biópsia endometrial com malignidade; Imunodepressão; Histórico de reflexo vasovagal; Distúrbio tromboembólico					

4 PAPEL DO FARMACÊUTICO NA ORIENTAÇÃO DO USO DOS ANTICONCEPCIONAIS HORMONAIS

A orientação farmacêutica é uma prática desenvolvida no contexto da assistência farmacêutica ligada aos valores éticos, prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde integrada a equipe multidisciplinar. Sendo a interação do farmacêutico com o paciente de forma direta que visa uma farmacoterapia racional que obtêm resultados positivos voltados à melhoria de qualidade de vida. Conforme o Código de Ética Farmacêutico Brasileiro o farmacêutico deve atuar de forma a buscar a saúde do paciente, instruindo-o em todos os sentidos (VIEIRA et al., 2018).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde essa é prática profissional onde o paciente é o principal beneficiado das ações farmacêuticas (SANTOS, 2012; CARMO, DUARTE, 2017). De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Farmácia (CFF) nº 596 de 21 de fevereiro de 2014, o farmacêutico é o profissional da saúde que deve cumprir todas as atividades de âmbito profissional farmacêutico, contribuindo para a saúde dos pacientes (CFF, 2014).

O farmacêutico tem o papel de orientar o paciente em relação à farmacoterapia prescrita pelo médico, analisando as necessidades e identificando os problemas relacionados aos medicamentos. Firmando a relação do embasamento teórico do farmacêutico com a prática, fornecendo saúde, segurança e eficácia (SOUSA SILVA et al., 2017). Como especialista em informação de medicamentos o farmacêutico deve dominar técnicas pedagógicas e de comunicação para transmitir de forma organizada a informação, levando em consideração as características dos destinatários. Este profissional como integrante da equipe de saúde tem o dever como profissional de oferecer informação que leve ao uso adequado e seguro dos anticoncepcionais hormonais (SILVA, BONAN, 2017).

É fundamental a orientação do farmacêutico na dispensação de anticoncepcionais hormonais, sendo o suporte a usuária neste momento necessário, pois pode ser o único profissional da saúde que ela tenha acesso. Portanto o farmacêutico deve sanar as dúvidas da paciente a fim de evitar problemas futuros, apoiando a paciente na aprendizagem e comprimento do tratamento prescrito pelo

profissional habilitado (FREITAS et al., 2015). Lembrando que o farmacêutico pode induzir o paciente à consulta médica caso seja necessário (CAMELO et al., 2019).

A automedicação ocorre geralmente pelo uso dos ACOs, pois este método é comercializado sem prescrição médica, onde o paciente acaba escolhendo sem nenhum critério qual fármaco utilizar, ou por indicação de amigos e/ou familiares. Já os outros métodos hormonais como os injetáveis são prescritos por profissionais de saúde habilitado. Para que não ocorra à automedicação a orientação farmacêutica é essencial em relação ao paciente-medicação (FREITAS et al., 2015). Sobre casos de interações medicamentosas o farmacêutico instrui o paciente, como a não utilizar bebidas alcoólicas e antimicrobianos com anticoncepcionais, pois estes interagem causando a perda da eficácia do contraceptivo hormonal. Deixando clara a forma correta de utilizar o fármaco e suas possíveis restrições (HEINEN, 2018).

A orientação a usuárias de contraceptivos orais pode ser feita no acompanhamento terapêutico de assistência farmacêutica e também pode ser aplicada no ato da dispensação medicamentosa. O farmacêutico neste momento irá passar as instruções de modo que a paciente compreenda como deve ingerir a pílula (ingerir somente com água, deve ser iniciada no 1º dia do sangramento menstrual, durante 21 dias no mesmo horário, após 7 dias de pausa inicia-se no 8º dia), quais são as contraindicações (mulheres acima de 35 anos, hipertensão arterial, diabetes mellitus, fumantes, hiperlipidemia e obesidade), efeitos colaterais (cefaleia, náuseas, etc.), interações medicamentosas (antibióticos, anticonvulsivantes e anti-histamínicos), os possíveis riscos (esquecimento de ingerir a pílula e tornar ineficaz o tratamento) e também os benefícios que o método oferece (controle da dismenorréia, do ciclo hormonal e da oleosidade da pele) (FERREIRA, PAIXÃO, 2021).

As mulheres que venham a usar a contracepção de emergência devem receber uma orientação específica. Alertando-as principalmente sobre a posologia para que a usuária faça o uso dentro do prazo estimado pela fabricante, geralmente até às 120 horas após o ato sexual sem proteção, dentre outros casos. Sendo necessária a explanação para que a pessoa intermediária a paciente ou a mesma, compreenda que este não é um método contínuo, devendo ser usado somente em caso de emergência, pois sua dose é muito alta equivalendo à meia cartela do ACO.

Suas contraindicações e são semelhantes a dos ACOs e os efeitos colaterais podem ocorrer com maior intensidade. Este método proporciona o mesmo escape menstrual como reação adversa, podendo ocorrer sangramento irregular após a ingestão da pílula (CAVALCANTE et al., 2016).

No SUS as unidades básicas de saúde são encarregadas de disponibilizarem os contraceptivos hormonais como AHOC, minipílula, CIs mensal e trimestral, e a anticoncepção de emergência, por profissionais habilitados (PENTEADO, 2019). Para o anticoncepcional transdérmico a orientação também pode ser feita no ato da dispensação, retratando o modo de utilização, informando que o adesivo deve ser colado em partes específicas do corpo. Discorrendo dentre as suas contraindicações os eventos relacionados ao tromboembolismo venoso, hipertensão, diabetes, obesidade, etc. Os riscos devem ser empregados para que não descole o adesivo do corpo e os benefícios deste método como o não efeito de primeira passagem pelo fígado (FARINA, 2019).

Nos CIs a orientação profissional é fundamental, o farmacêutico auxilia no conhecimento e funcionalidade do método injetável, com a devida atenção para as contraindicações, dentre elas as patologias mamárias e endometriais. No ato da dispensação perante a prescrição de receita ou mesmo na aplicação do injetável, o farmacêutico deve explicar com antecedência os cuidados que devem ser tomados com a aplicação do injetável, para evitar os possíveis efeitos colaterais. Como a anticoncepção transdérmica não possui o efeito de primeira passagem sendo um de seus benefícios, dentre seus riscos estão os eventos tromboembólicos. São aspectos que devem ser informados a paciente no ato da dispensação. Pois é de extrema relevância o conhecimento da eficácia, funcionamento, riscos e benefícios de cada método, a fim de evitar seu uso irracional, e influenciar positivamente na escolha do paciente. Neste cenário o farmacêutico deve se capacitar para desenvolver seu papel profissional e social (MENDONÇA, RODRIGUES, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de anticoncepcionais hormonais tem aumentado desde sua adesão pelas mulheres, mas a informação sobre estes métodos não acompanhou tal situação, levando à população a carência de informação, principalmente dos benefícios e riscos destes métodos. Os anticoncepcionais hormonais têm por objetivo prevenir gravidezes indesejadas, impedindo o encontro do espermatozoide com o oocisto. Esta atuação que interfere nos níveis hormonais femininos relaciona-se as contraindicações, que podem ser desencadeadas pelo próprio uso irracional dos métodos, sendo contraindicados para eventos como tromboembolismo venoso, acidente vascular encefálico e câncer de mama.

No decorrer desta revisão de literatura, compreende-se que o conhecimento dos métodos anticoncepcionais hormonais orais, injetáveis, transdérmicos e intrauterinos, são imprescindíveis para determinar o método do anticoncepcional de escolha. Um dos principais profissionais da saúde, sendo o responsável pelo acompanhamento farmacoterapêutico e o uso racional dos fármacos é o farmacêutico que tem o papel de orientar a paciente sobre o uso correto dos anticoncepcionais, as possibilidades de extensão de cada método, as interações medicamentosas, contraindicações, os efeitos colaterais, riscos e benefícios que o método oferece.

Tais benefícios que atuam na melhora da qualidade da pele, que torna os níveis hormonais estáveis e controla o ciclo menstrual. Mas o uso destes métodos hormonais também pode expor a paciente a riscos que de forma generalista levam ao aumento de peso, alterações no sangramento menstrual e as interações farmacológicas. Portanto para utilização destes métodos de anticoncepcionais hormonais se torna necessária à orientação de forma individual para cada paciente de acordo com o seu quadro clínico para que o resultado do tratamento seja a melhora da qualidade de vida da paciente.

Dessa forma, torna-se claro o impacto que o uso dos anticoncepcionais hormonais causa na saúde das mulheres quando utilizados de formas errôneas, sem orientações por profissionais habilitados. Sobretudo quando há automedicação por

parte da paciente o que leva à exposição de riscos mais severos. Portanto com a produção desta revisão espera-se que essa problemática auxilie no ensino, pesquisa e aprendizagem em conceitos dos anticoncepcionais hormonais e seus benefícios e riscos aplicados a saúde da mulher.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Silvia Caixeta de Andrade; TAVARES, Adriano Bueno; TAVARES, Raquel Fonseca Nogueira. Sistema intrauterino liberador de levonorgestrel no tratamento do sangramento uterino anormal: uma scoping review. **Comunicação em Ciências da Saúde**, Brasília, v. 31, n. 02, p. 13-24, 2020. Disponível em: <http://www.escs.edu.br/revistaccs/index.php/comunicacaoemcienciasdasaude/article/view/573>. Acesso em: 23 jun. 2021.

AGUIRRE, Lizbeth Maricela Espín. **Evaluación del conocimiento del uso correcto del método anticonceptivo oral en emergencia luego de aplicar metodologías de capacitación en adolescentes de 16 a 18 años de edad de las Unidades Educativas del cantón Baños de Agua Santa**. Universidad Regional Autónoma de Los Andes. 2016. Dissertação (Mestrado). Disponível em: <http://45.238.216.28/bitstream/123456789/5355/1/PIUAMFCH003-2016.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

ALBUQUERQUE, Jeovana Soares et al. **Métodos anticoncepcionais reversíveis: uma revisão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal De Campina Grande. P. 34-35, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/6730/1/JEOVANA%20SOARES%20ALBUQUERQUE%20-%20TCC%20FARM%C3%81CIA%202018.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

ALEGRE-DEL REY, Emilio-J.; FÉNIX-CABALLERO, Silvia; DÍAZ-NAVARRO, Jorge. Controversias sobre el mecanismo del levonorgestrel postcoital: pruebas a partir de la disminución de embarazos. **Farmacia Hospitalaria**, v. 41, n. 6, p. 696-697, 2017. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1130-63432017000600696&lang=pt. Acesso em: 02 set. 2020.

ALMEIDA, Ana Paulo Ferreira de; ASSIS, Marianna Mendes de. Efeitos colaterais e alterações fisiológicas relacionadas ao uso contínuo de anticoncepcionais hormonais orais. **Rev Eletron Atualiza Saúde**, v. 5, n. 5, p. 85-93, 2017. Disponível em: <http://atualizarevista.com.br/wp-content/uploads/2017/01/efeitos-colaterais-e-altera%C3%A7%C3%B5es-fisiol%C3%B3gicas-relacionadas-ao-uso-cont%C3%ADnuo-de-anticoncepcionais-hormonais-orais-v-5-n-5.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

ALMEIDA, Letícia Magalhães et al. Conhecimento e uso prévio de métodos anticoncepcionais por adolescentes de uma escola pública de Ubá. **Revista Científica FAGOC-Saúde**, v. 2, n. 2, p. 15-20, 2018. Disponível em: <https://revista.unifagoc.edu.br/index.php/saude/article/view/251>. Acesso em: 26 abr. 2021.

AMORIM, Renata Vieira. **Contracepção de emergência: desconforto para a prescrição do método entre os médicos que atuam na área de pediatria no estado do Amazonas**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto - SP, 2019. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17144/tde-11022020-160241/publico/RENATAVIEIRAAMORIMco.pdf>. Acesso em: 07 out. 2020.

ARAUJO, Anna Bárbara Ribeiro et al. Anticoncepcionais hormonais contando apenas progestágenos e seus principais efeitos. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR**. v.15, n.1, pg.75-81, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/6688/1/ARTIGO_AnticoncepcionaisHormonaisContendo.pdf. Acesso em: 23 abr. 2021.

BERMUDEZ, Beatriz Elizabeth Bagatin Veleda. Anticoncepção na Adolescência. **Departamento Científico de Adolescência - Sociedade Brasileira de Pediatria**. p.7-15, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4547217/mod_resource/content/1/Texto%20de%20Apoio_Anticoncepc%C3%A3o%20na%20Adolesc%C3%Aancia.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

BITTENCOURT, Alyssia et al. CONTRACEPÇÃO E OBESIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA. (Anais do Salão Internacional de Ensino). Pesquisa e Extensão, v. 9, n. 2, p. 06-07, 2017. Disponível em: https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/13850/seer_13850.pdf. Acesso em: 29 abr. 2021.

BORGES, Ana Luiza Vilela et al. **Contraceptive discontinuities in the use of oral and injectable hormonal contraceptives, and male condoms**. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2021.v37n2/e0014220/>. Acesso em: 23 abr. 2021.

BORGES, Tiago Ferreira Campos; DA SILVA TAMAZATO, Ana Paula; FERREIRA, Maria Silvana Cardoso. Terapia com Hormônios Sexuais Femininos e Fenômenos Tromboembólicos: uma Revisão de Literatura/Female Sex Hormone Therapy and Thromboembolic Phenomena: Literature Review. **Health Sciences Journal**, v. 5, n. 2, p. 158-168, 2015. Disponível em: http://186.225.220.186:7474/ojs/index.php/rcsfmit_zero/article/view/334/256. Acesso em: 31 de abr. 2021.

BRAGA, Ana Paula da Costa. **Efeitos do uso da contracepção de emergência: revisão de literatura**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Centro Universitário De Brasília – UNICEUB. Brasília. p. 3-11, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9031/1/21302854.pdf>. Acesso em: a 02 jun. 2021.

BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Miriam Ventura; PAIVA, Sabrina Pereira; BASTOS, Luiza Lena; OLIVEIRA, Naira Villas Boas Vidal; SZABO, Iolanda. **"Hormone bomb": risks of emergency contraception from the perspective of pharmacy attendants in Rio de Janeiro, Brazil**. Cadernos de saude publica, v. 32, n. 9, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2016000905007&script=sci_arttext. Acesso em: 13 out. 2020.

BRANDÃO, Elaine Reis. O atendimento farmacêutico às consumidoras da contracepção de emergência. **Saúde e Sociedade**, v. 26, p. 1122-1135, 2017.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902017000401122&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 13 out. 2020.

BRANDT, Gabriela Pinheiro; OLIVEIRA, Anna Paula Rodrigues; BURCI, Lígia Moura. Anticoncepcionais hormonais na atualidade: Um novo paradigma para o planejamento familiar. **Revista Gestão & Saúde**. RGS, v. 18, n. 1, p. 54-62, 2018. Disponível em: <http://www.herrero.com.br/files/revista/fileffb43b6252282b433e193bacf91d43f7.pdf> . Acesso em: 01 set. 2020.

BRITO, Milena Bastos; NOBRE, Fernando; VIEIRA, Carolina Sales. Hormonal contraception and cardiovascular system. **Arq Bras Cardiol**, v. 96, n. 4, p. e81-e89, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X201100040002. Acesso em: 23 abr. 2021.

BYLAARDT, Jennifer; GRIEP, Rubens; POSSOBON, Adriano. Prevalência de nulíparas que optaram por DIU no período de 2014-2017 na UBS São Cristóvão em Cascavel/PR. **Revista Thêma et Scientia**, v. 10, n. 2, p. 177-192, 2020. Disponível em: <http://www.themaetscientia.fag.edu.br/index.php/RTES/article/view/1249/1158>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CAMELO, Leonardo Dourado et al. O Risco do Uso de Anticoncepcional Oral no Desenvolvimento de Trombose em Mulheres: Uma Revisão da Literatura. **Revista de Iniciação Científica e Extensão**, v. 2, n. Esp. 1, p. 43-43, 2019. Disponível em: <https://revistasfasesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/219/159>. Acesso em: 02 jun. 2021.

CAMILLO, Christina da Silva et al. **Caderno de histologia: texto e atlas**. Natal, EDUFRN – Ciências da Saúde. p. 104, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Caderno%20de%20Histologia%20-%20texto%20e%20atlas.pdf>. Acesso em: jun. 2021.

CAMPOS, Vitória Dias Lara; ALMEIDA, Esteves Ferreira de Oliveira; FARIA, Karina Gonçalves; CAIXETA, Fernando Oliveira Nunes; CALIMAN, Leonardo Pandolfi. A influência do sobrepeso/ obesidade sobre o uso do levonorgestrel como método contraceptivo de emergência. **FEMINA**, 48 (10):623-30, 2020. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/10/1127709/femina-2020-4810-623-630.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

CARMO, Márcia Simone Almeida Galindo; DUARTE, Stênio Fernando Pimentel. Perfil das Usuárias de Anticoncepcionais de Emergência: uma revisão sistemática. ID on line **REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 11, n. 35, p. 317-324, 2017. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/736>. Acesso em: 26 jun. 2021.

CAVALCANTE, Márcio De Souza et al. Perfil de utilização de anticoncepcional de emergência em serviços de atendimento farmacêutico de uma rede de farmácias comunitárias. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 13, n. 3, p. 131-139, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/REF/article/view/37756>. Acesso em: 23 ago. 2021.

CAVALCANTE, Márcio De Souza; SOARES, Marília Almeida; FEIJÓ, Cristiane Macêdo, FONTELES, Marta Maria de França. Perfil de utilização de anticoncepcional de emergência em serviços de atendimento farmacêutico de uma rede de farmácias comunitárias. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 13, n. 3, p. 131-139, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/REF/article/view/37756/pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

CASTRO, Janice Dornelles de; GODINHO, Graça Fabiana Ramos dos Santos. **C122 Cadernos de saúde coletiva: Fazeres em saúde coletiva: experiência e reflexões de jovens sanitaristas sobre a economia da saúde**. 1.ed. Porto Alegre : Rede UNIDA. 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/183936/000977113.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 ago. 2021.

CATUNDA FERREIRA, Hellen Livia Oliveira et al. Determinantes Sociais da Saúde e sua influência na escolha do método contraceptivo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, n. 4, p. 1044-1051, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/xMm7KKqpb8RPjxcwnyggCCw/?lang=pt#>. Acesso em: 24 jun. 2021.

Conselho Federal de Farmácia. Código de ética da profissão farmacêutica: **Resolução nº 596, de 21 de fevereiro de 2014** [Internet]. Brasília: CFF; 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2OYRhvy>. Acesso em: 11 ago. 2021.

COLE, J. Alexander et al. Tromboembolismo venoso, infarto do miocárdio e acidente vascular cerebral entre usuárias de sistema anticoncepcional transdérmico. **Obstetrícia e Ginecologia**, v. 109, n. 2 Parte 1, pág. 339-346, 2007. Disponível em: https://journals.lww.com/greenjournal/FullText/2007/02000/Venous_Thromboembolism,_Myocardial_Infarction,_and.17.aspx. Acesso em: 15 ago.2021.

CORRÊA, Daniele Aparecida Silva et al. Fatores associados ao uso contraindicado de contraceptivos orais no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/tNWYHBxjZp84G3Hznp8tnRv/?lang=pt&format=html#>. Acesso em: 11 ago. 2021.

CORRÊA, Daniele Aparecida Silva. **Uso de contraceptivos orais entre mulheres de 18 a 49 anos: inquérito populacional telefônico**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/GCPA-8UYKMT>. Acesso em: 10 ago. 2021.

COSTA, Bagnólia Araújo, LIMA, Jade Silva. **Risco de trombose associado à terapia dos anticoncepcionais hormonais: uma revisão de literatura**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p.28-64, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/3542/1/JSL17072017.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

DIAS, Tânia Maria; JANNOTTI, Claudia Bonan; TEIXEIRA, Luiz Antônio da Silva. **A vida social das pílulas anticoncepcionais no Brasil (1960-1970): uma história**

do cotidiano. Tese de Doutorado. 2019. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/44519/2/tania_dias_iff_dout_2019.pdf. Acesso em: 17 dez. 2020.

ECKERT, Elisabeta Roseli; ROCHA, Patrícia Kuerten; PIEREZAN, Cinara Porto. **III CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM PEDIÁTRICA E NEONATAL e XVI ENCONTRO CATARINENSE DE ENFERMAGEM PEDIÁTRICA.** Santa Catarina. 2014. Disponível em: <https://sobep.org.br/wp-content/uploads/2014/07/ANAIS.pdf> . Acesso em 24 maio 2021.

ESCOBAR-PAREDES, David; PERALTA-RIVERA, Rita. Análisis de la costo-efectividad del sistema intrauterino liberador de levonorgestrel, como alternativa a histerectomías, en dos países latinoamericanos. **Acta méd. costarric**, San José, v. 61, n. 3, p. 94-98, Sept. 2019. Disponível em: http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0001-60022019000300094&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 abr. 2021.

FARIAS, Ana Gesselena Silva, et al. Uso seguro de anticoncepcionais hormonais injetáveis segundo critérios médicos de elegibilidade/Safe use of injectable hormonal contraceptives according to medical eligibility criteria. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, v. 10, n. 2, p. 368-373, 2018. Disponível em: http://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6044/pdf_1. Acesso em 26 abr. 2021.

FARIAS, Mareni Rocha et al. Utilização e acesso a contraceptivos orais e injetáveis no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, p. 14s, 2016. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rsp/2016.v50suppl2/14s/pt/>. Acesso em 01 maio. 2021.

FARINA, Péricles Gimenes. **Planejamento familiar: acesso a métodos anticoncepcionais e informações na rede de saúde pública de Vitória da Conquista: Estado da Bahia, Brasil.** Dissertação (Tese de Doutorado). 2019. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/116926>. Acesso em: 24 ago. 2021.

FERREIRA, Elaine; SCHIESSL, Fabiana. Assistência farmacêutica na farmacoterapia de medicamentos anticoncepcionais associado ao tabagismo em uma comunidade do município de Bela Vista do Toldo-SC. **Revista Renovare**, v. 1, 2021. Disponível em: <http://book.uniguacu.edu.br/index.php/renovare/article/view/433>. Acesso em: 24 ago. 2021.

FERREIRA, Bruna Barbosa Riemma; PAIXÃO, Juliana Azevedo. A relação entre o uso da pílula anticoncepcional e o desenvolvimento da trombose venosa profunda no Brasil. **Revista Artigos**. Com, v. 29, p. e7766-e7766, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/7766>. Acesso em: 24 ago. 2021.

FERREIRA, Jéssica Mayra; CARREIRO, Andréa Vieira; FERNANDES, Arlete e BAHAMONDES, Luis. Sexual function and quality of life in a cohort of Brazilian users of two kind of intrauterine contraceptives. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 41, n. 4, p. 236-241, 2019. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032019000400236&lang=pt. Acesso em: 03 set. 2020.

FERREIRA, Laura Fernandes; D'AVILA, A. M. F. S.; SAFATLE, Giselle Cunha Barbosa. O uso da pílula anticoncepcional e as alterações das principais vias metabólicas. **Femina.[Internet]**, v. 47, n. 7, p. 426-32, 2019. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/12/1046533/femina-2019-477-426-432.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FINOTTI, M. Manual de anticoncepção- 1ª ed. São Paulo: **Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO)**, 2015. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/494569>. Acesso em 30 jun. 2021.

FREITAS, Isadora Herondina Santos de et al. **Uso de anticoncepcionais orais e o papel do farmacêutico na dispensação: elaboração de um roteiro de dispensação**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal De Campina Grande. p. 10-30, 2015. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/9035>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FREITAS, Erica Maria; CERON, Rafaela; NOWACKI, Luciana. Uso de anticoncepcionais orais e dispositivo intrauterino hormonal (Mirena®) relacionado ao risco de trombose venosa profunda (TVP). **Revista eletrônica biociências, biotecnologia e saúde**, v. 12, n. 24, p. 30-37, 2019. Disponível em: <https://interin.utp.br/index.php/GR1/article/view/2442>. Acesso em out. 2020.

FRANZEN, R. **Efeito do ciclo menstrual na produção de força: revisão de literatura**. 2012. 31f. Monografia para conclusão do curso de licenciatura em Educação Física – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70327>. Acesso em 01 jun. 2021.

GIRALDO, Paulo César; SOUZA, Thais Coelho; HENRIQUE, Guilherme Lindman; MONTEIRO, Ilza; AMARAL, Rose; MACHADO, Rogério Bonassi; DISCACCIATI, Michelle Garcia; & SANCHES, José Marcos. Reactional changes in short-term levonorgestrel-releasing intrauterine system (Ing-ius) use. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 65, n. 6, p. 857-863, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302019000600857&lang=pt. Acesso em: 04 set. 2020.

GIGLIO, Margareth Rocha Peixoto et al. Conhecimentos dos médicos residentes de ginecologia e obstetrícia sobre contracepção hormonal em situações especiais. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 41, n. 1, p. 69-78, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/bwfBkLqmRqmFXBjw6TQBhCR/?lang=pt>. Acesso em: 31 maio 2021.

GIGLIO, Margareth Rocha Peixoto et al. Contracepção hormonal segundo a ótica do estudante de medicina: mais um desafio para o ensino médico brasileiro?. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 39, n. 4, p. 502-506, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbem/a/3twC39pYTDLhdr6VRfxSk5h/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2021.

GONZAGA, Thais Jaqueline; ROZIN, Leandro; DA LOZZO GARBELINI, Maria Cecilia. Fatores de risco entre o uso de contraceptivos hormonais e o surgimento do tromboembolismo venoso. **Revista Thêma et Scientia**, v. 8, n. 2, p. 103-117, 2018. Disponível em: <http://www.themaetscientia.fag.edu.br/index.php/RTES/article/view/928>. Acesso dia 20 jun. 2021.

GROSSMAN, Daniel MD et al. Contra-indicações para orais anticoncepcionais combinados entre usuários de venda livre em comparação com usuários de receita médica. **Obstetrícia e Ginecologia**. Vol. 117 - Edição 3 - p 558-565. 2011. Disponível em: https://journals.lww.com/greenjournal/Fulltext/2011/03000/Contraindications_to_Combined_Oral_Contraceptives.7.aspx. Acesso em: 10 ago. 2021.

HEINEN, Renata Correa. Associação entre o uso de anticoncepcionais orais e o surgimento de eventos trombóticos. **Revista Saúde Física & Mental-ISSN**, v. 6, n. 1, p. 41-58, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2737-13155-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

HOFMANN, Birte et al. "Visão geral farmacocinética da dose e biodisponibilidade de etinilestradiol usando dois sistemas anticoncepcionais transdérmicos e um anticoncepcional oral combinado padrão." **Jornal internacional de farmacologia clínica e terapêutica**. vol. 52,12 (2014): 1059-70. doi: 10.5414 / CP202064. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4285808/>. Acesso em: 31 maio 2021.

KENNEDY. Randomized controlled Trial of levonorgestrel versus the Yuzpe regimen of combined oral contraceptives for emergency contraception. Task Force on Postovulatory Methods of Fertility Regulation. **The Lancet**. 352:428-433. 1998. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(98\)05145-9/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(98)05145-9/fulltext). Acesso em: 13 ago. 2021.

LACERDA, Jaciane Oliveira Silva; PORTELA, Fernanda Santos; MARQUES, Matheus Santos. O Uso Indiscriminado da Anticoncepção de Emergência: Uma Revisão Sistemática da Literatura. **Revista de Psicologia**, v. 13, n. 43, p. 379-386, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1541>. Acesso em: 22 abr. 2021.

LANZILLOTTI, Paula Floriano. **Sistemas para liberação modificada de fármacos**. 2012. 117 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Instituto de Tecnologia em Fármacos/Farmanguinhos, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, p.16-17, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/7783/2/31.pdf>. Acesso em dia 22 de abril de 2021.

LEAL, Amanda Vieira; RODRIGUES, Camilla Rodrigues. Atenção farmacêutica no uso de contraceptivos de emergência: uma breve revisão. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR**. Vol.27,n.2,pp.159-163. jun-ago. 2019.

Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20190704_103151.pdf. Acesso em 12 out. 2020.

LIDEGAARD, Øjvind et al. Trombose venosa em usuárias de contracepção hormonal não oral: estudo de acompanhamento, Dinamarca 2001-10. **Bmj**, v. 344, 2012. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/344/bmj.E2990>. Acesso em: 12 ago. 2021.

LIMA, Patrícia Viana Carvalhêdo et al. Use of contraceptive methods by users of a basic health unit/Usos de métodos contraceptivos por usuárias de uma unidade básica de saúde/El uso de métodos anticonceptivos por los usuarios de una unidad básica de salud. **Revista de Enfermagem da UFPI**, v. 4, n. 1, p. 11-8, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/1715>. Acesso em 11 jul. 2021.

LIMA, Ana Beatriz de Silva et al. **Anticoncepcionais: relação com trombose venosa profunda**. Anais eletrônico CIC, v. 17, n. 1, 2019. Disponível em: <http://www.fasb.edu.br/revista/index.php/cic/article/view/401>. Acesso em: 23 jun. 2021.

LIMA, Adman Câmara Soares et al. Influência de anticoncepcionais hormonais e ocorrência de acidente vascular cerebral: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, p. 647-655, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/stgG6mmLJjcWf4NMmrmvk7q/?lang=pt&format=html#>. Acesso em: 11 jul. 2021.

LUPIÃO, Andreza Cristine; OKAZAKI, E. L. F. J. Métodos anticoncepcionais: revisão. **Rev Enferm UNISA**, v. 12, n. 2, p. 136-141, 2011. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/45231470/ciclo_menstrual_e_pilula_do_dia_se_guinte.pdf?1462049274=&response-content-disposition=inline%3b+file_name%3dmetodos_anticoncepcionais_revisao.pdf&expires=1622755719&signature=qtt23c-uflgxr6fbzlg1zz9hjoa6ppadem~42wwobqohnofchkycwba0lcbpztsrt1fhjgvxzvsbwm33w0qrf8fdk147iwtuyo2obrai4j~omyxs7df85qua-3cvqmxct5rueajhpiabvwnla9hc3hno kubhan1uc0pxogkk7yauyukng2i4pmjyzjl22ekn~wp-z7h6nkeowrdicklo32br55vjaldkm92a4vyvq3fixiopj0vemt33uastl7-p9v~mlxavbdadwb0qfh8eu1rsqe-kpmd89oy8lzaco8k53mph5cltvwvqdieqk~ekiuej2pocdvx~dcbihf3g__&key-pair-id=apkajlohf5ggslrbv4za. Acesso em: 02 jun. 2021.

MARTINI, Frederic H.; TIMMONS, Michael J.; TALLITSCH, Robert B. **Anatomia Humana**-. Coleção Martini. Artmed Editora, 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=utW_AwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=sistema+reprodutor+feminino+anatomia+humana&ots=BiWLIN9JzU&sig=q-9klhZKkGm96-LgfEpWEAcpSdY#v=onepage&q=sistema%20reprodutor%20feminino%20anatomia%20humana&f=false. Acesso em: 03 jun. 2021.

MELO, Adriana Santana Silva; MACEDO, Julya Gabryella Cordeiro; MOTA, Ana Lúcia dos Santos. **Métodos contraceptivos e a saúde da mulher: percepção das mulheres sobre os riscos e benefícios**. Anais do XII Congresso NUPIC, p. 3-13, 2015. Disponível em:

https://publicacoes.fafire.br/diretorio/nupic/nupic_2015_18.pdf. Acesso em: 24 jun. 2021.

MEDEIROS, Marcela Freitas. **O uso da pílula do dia seguinte por estudantes universitárias**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/202044>. Acesso em: 03 set. 2020.

MENDONÇA, Deborah Soraia Brandçao; RODRIGUES, Rafael Luiz Araújo. Interações Medicamentosas entre Antibióticos e Anticoncepcionais, presentes em Prescrições Médicas. **Revista de psicologia**, v. 11, n. 35, p. 67-83, 2017. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/718>. Acesso 24 ago. 2021.

MENGUE, Sotero Serrate et al. Utilização e acesso a contraceptivos orais e injetáveis no Brasil. **Revista de saúde pública**. São Paulo. Vol. 50, supl. 2 (2016), p. 1s-10s, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/151120/001009654.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 abr. 2021.

MIRANDA, Alexandra; ALMENDRA, Rita; FELICIANO, Esmeralda; RICARDO, Cardoso; NÁPOLES, Saritta, & NOGUEIRA-SILVA, Cristina. Fatores associados à percepção de ansiedade e dor na colocação do Sistema Intrauterino com Levonorgestrel. **Acta Obstétrica e Ginecológica Portuguesa**, v. 12, n. 4, p. 268-276, 2018. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-58302018000400004&lang=pt. Acesso em: 04 set. 2020.

MITTERMEIER, Theresa; FARRANT, Charlotte; WISE, Michelle R. Sistema intrauterino de liberação de levonorgestrel para hiperplasia endometrial. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, Issue 9. Art. Nº: CD012658. 2020. Disponível em: <https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD012658.pub2/full>. Acesso em: 05 set. 2020.

MONTEIRO, Ilza Maria Urbano. Contracepção de longo prazo: dispositivo intrauterino (Mirena®). **FEMINA**, vol 43, Suppl. 1, 2015. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2015/v43nsuppl1/a4851.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MORAES, Luciane Silva et al. Eritema nodoso por contraceptivo injetável em Pediatria. **Residência Pediátrica**. 9(2):148-150. 2019. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/residenciapediatria.com.br/pdf/v9n2a11.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MORAIS, Liévrê Xiol; SANTOS, Letícia Pereira; CARVALHO, Ilma Fábila Firmino Resende. Tromboembolismo venoso relacionado ao uso frequente de anticoncepcionais orais combinados. **Revista Eletrônica de Ciências Humanas, Saúde e Tecnologia**, v. 8, n. 1, p. 85-109, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/195-Texto%20do%20artigo-967-1-10-20200604.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

OLIVEIRA, Jade et al. Padrão hormonal feminino: menopausa e terapia de reposição. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, v. 48, n. 3, p. 198-210, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Patricia-Haas/publication/315741053_Padrao_hormonal_feminino_menopausa_e_terapia_de_reposicao_Female_hormone_pattern_menopause_and_replacement_therapy/links/58e0febcaca272059ab061f7/Padrao-hormonal-feminino-menopausa-e-terapia-de-reposicao-Female-hormone-pattern-menopause-and-replacement-therapy.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

ORSOLINI, Lilian Rodrigues. **Anticoncepcionais hormonais orais de baixa dose na adolescência e repercussões sobre a massa óssea: dois anos de uso**. Dissertação de mestrado. Dissertações - Ginecologia, Obstetrícia e Mastologia – FMB, P. 16-40, 2020. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/194234/orsolini_lr_me_bot_par.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em 23 abr. 2021.

PANISSET, Karen; GIORDANO, Mario Vicente; GIORDANO, Luiz. Contracepção injetável trimestral. **Femina**, p. 27-30, 2015. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2015/v43nsuppl1/a4852.pdf>. Acesso dia 20 abr. 2021.

PENTEADO, Munisa Golin. Implantação do cuidado farmacêutico na estratégia de saúde da família “interlagos”. **Experiências Exitosas de Farmacêuticos no SUS**, v. 6, n. 6, p. 28-33, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.cff.org.br/?journal=experienciasexitosas&page=article&op=view&path%5B%5D=2665>. Acesso em: 24 ago. 2021.

PIRES, Maria Luíza Lemos et al. Indicações e razões para descontinuação do sistema intra-uterino liberador de levonogestrel (SIU-LNG). **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 20, n. 2, p. 479-484, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/yNbLwSYCRC6N76vbSvzP8sw/?lang=pt#>. Acesso em: 20 jun. 2021.

POLI, Marcelino Espírito Hofmeister et al. Manual de anticoncepção da FEBRASGO. **Femina**, v. 37, n. 9, p. 459-92, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4346134/mod_resource/content/1/Femina-v37n9_Editorial.pdf. Acesso em: 31 maio 2021.

POMPERMAIER, Charlene; ZANELLA, Gabriela Zmieski; PALUDO, Edineia. Efeitos colaterais do uso dos contraceptivos hormonais orais: uma revisão integrativa. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Xanxerê**, v. 6, p. e27975-e27975, 2021. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/apeux/article/view/27975>. Acesso em: 10 ago. 2021.

RAMOS, Hévelyn C. et al. Análise da força muscular dos membros inferiores em mulheres praticantes de musculação nas diferentes fases do ciclo menstrual. **RBPfex-Revista Brasileira De Prescrição E Fisiologia Do Exercício**, v. 12, n. 72, p. 29-37, 2018. Disponível em: <http://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/view/1274/1017>. Acesso em: 02 jun. 2021.

RIBEIRO, Marcela Coelho Duarte; LIMA, Tereza Rebecca de Melo; MAIA, Paula Ferdinanda Conceição de Mascena Diniz. **Práticas e métodos contraceptivos usados por mulheres em idade fértil atendidas pela estratégia de saúde da família do Recife-PE**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Faculdade Pernambucana de Saúde. 2020. Disponível em: https://tcc.fps.edu.br/bitstream/fpsrepo/856/1/TCC_PR%c3%81TICAS%20E%20M%c3%89TODOS%20CONTRACEPTIVOS.pdf. Acesso em: out. 2020.

RUBIO-TERRÉS, Carlos; SCHMID, Ramona. Análisis coste-efectividad de la anticoncepción hormonal de emergencia con ulipristal acetato frente a levonorgestrel. **PharmacoEconomics Spanish Research Articles**, v. 9, n. 2, p. 53-62, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/357876>. Acesso em 14 ago. 2021.

PINTO, Lais Ferraz Assis; RODOVALHO-CALLEGARI, Fernanda Vieira; CARBOL, Maristela. Conhecimento de universitárias sobre os riscos e benefícios associados aos contraceptivos orais combinados. **Revista de Medicina**, v. 99, n. 5, p. 423-431, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/168761>. Acesso em: 11 ago. 2021.

PIRES, Maria Luíza Lemos et al. Indicações e razões para descontinuação do sistema intra-uterino liberador de levonogestrel (SIU-LNG). **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 20, p. 479-484, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/yNBLwSYCRC6N76vbSvzP8sw/?lang=pt#>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SANTOS, Sandra Oliveira et al. O uso de método de contracepção de emergência entre universitárias. **Revista Eletrônica Acervo Saúde/Electronic Journal Collection Health ISSN**, v. 2178, p. 2091, 2017. Disponível em: <https://acervosaud.dominiotemporario.com/doc/REAS59.pdf#>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SANTOS, Leandro Galdino; COSTA, Cristiane. **PÍLULAS ANTICONCEPCIONAIS VS HIPERTROFIA MUSCULAR**. Anais da Jornada Científica dos Campos Gerais, v. 16, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/710-Texto%20do%20artigo-3042-1-10-20181010.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

SANTOS, Amuzza Aylla Pereira; FERREIRA, Cristiano Cavalcante; SILVA, Maria Lisiane. Fatores que interferem na escolha do método contraceptivo pelo casal: revisão integrativa. **Revista de APS**, v. 18, n. 3, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/15619/8188>. Acesso em: 02 jun. 2021.

SANTOS, Hugo Campos Oliveira et al. Contracepção hormonal injetável. **Revista Digital. Buenos Aires**. jun. 2012. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd169/contracepcao-hormonal-injetavel.htm>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SANTOS, Ananda Cerqueira Aleluia; CABRAL, Cristiane Silva. **“Adeus, hormônios”**: novas concepções sobre corpo, saúde e contracepção na perspectiva de mulheres jovens. Universidade de São Paulo. Dissertação

apresentada ao Programa de Pós-graduação. São Paulo, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499472198_arquivo_trabalho_completo_fazendo_genero_final.pdf. Acesso em: 18 out. 2020.

SANTOS, Eryca Thaís Oliveira et al. **Perfil das usuárias de anticoncepcionais combinados orais atendidas em uma maternidade escola em MACEIÓ-AL**, p. 1-388-416, 2020. Disponível em: <https://www.finersistemas.com/atenaeditora/index.php/admin/api/artigoPDF/41448>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SANTOS, Valter Garcia. A importância da orientação farmacêutica às pacientes que fazem uso concomitante de anticoncepcional e antibiótico da classe das quinolonas. **RevCeciliana**, v. 4, n. 1, p. 86-89, 2012. Disponível em: https://sites.unisanta.br/revistaceciliana/edicao_07/1-2012-86-89.pdf. Acesso em: 26 jun. 2021.

SILVA, Cristiane Vanessa; BONAN, Claudia. **Histórias de utilização de pílulas anticoncepcionais no Brasil, na década de 1960**. 2017. Tese de Doutorado. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/25248/2/cristiane_silva_iff_mest_2017.pdf. Acesso em: 02 set. 2020.

SILVA, Twammy Lindicey Ribeiro da; ARAÚJO, Karla Laís Ribeiro da Costa. Intervenção educativa quanto aos métodos anticoncepcionais para homens e mulheres da cidade de Sebastião Barros. **UNASUS**. p.17-21, 2020. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/19932/1/TWAMMY%20LINDICEY%20RIBEIRO9.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.

SOUSA SILVA, Natália Cristina et al. **Interações medicamentosas com contraceptivos hormonais orais**. ÚNICA Cadernos Acadêmicos, v. 3, n. 1, 2017. Disponível em: <http://co.unicaen.com.br:89/periodicos/index.php/UNICA/article/view/57/51>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SOUZA, Lígia Kobelus. **Interação medicamentosa entre anticoncepcionais orais hormonais combinados e antibióticos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Centro Universitário De Brasília. 2015. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/6843/1/20944032.pdf>. Acesso em: 08 out. 2020.

STECKERT, Ana Paula Panato; NUNES, Sabrina Figueredo; ALANO, Graziela Modolon. Contraceptivos hormonais orais: utilização e fatores de risco em universitárias. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v. 45, n. 1, p. 78-92, 2016. Disponível em: <http://acm.org.br/acm/seer/index.php/arquivos/article/view/64/122>. Acesso em 14 abr. 2021.

TRINDADE, R.E, SIQUEIRA, B.B, DE PAULA, T.F, FELISBINO-MENDES, M.S. Uso de contracepção e desigualdades do planejamento reprodutivo das mulheres Brasileiras. **Cien Saude Colet [periódico na internet]** out. 2019. Disponível em: <https://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/uso-de-contracepcao-e-desigualdades-do-planejamento-reprodutivo-das-mulheres-brasileiras/17372?id=17372>. Acesso em: 02 abr. 2021.

TOSE, Bárbara da Silva; SOUSA, Edson Genuino; BOLZON, Marcelo; OLIVEIRA, Matheus Padovan; DALMONECK, Rone; ROLIM, Elin Leilane Gomes. O uso excessivo do levonorgestrel por mulheres em idade fértil moradoras do município de Seringueiras/RO. **Rev. Saberes**, Rolim de Moura, vol. 13, n. 1, jun, 2020. ISSN: 2358-0909. Disponível em: <https://facsapaulo.edu.br/wp-content/uploads/sites/16/2020/06/O-USO-EXCESSIVO-DO-LEVONORGESTREL-POR-MULHERES-EM-IDADE-FERTIL-MORADORAS-DO-MUNICIPIO-DE-SERINGUEIRAS-RO.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.

VIEIRA, Gilson Valente et al. **Fatores associados ao uso abusivo do contraceptivo de emergência e seus efeitos indesejados em acadêmicas da área da saúde de uma faculdade de Ariquemes Rondônia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA. 2018. Disponível em: <http://repositorio.faema.edu.br/handle/123456789/2359>. Acesso em: 26 jun. 2021.

VIEIRA, Edith Rodrigues; MORAIS, Yolanda de Jesus; FREY, Jaqueline Almeida. **Revisão crítica de literatura sobre contracepção de emergência no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Faculdade Integrada Carajás (FIC). Redenção- PA, 2020. Disponível em: <http://files.revista-academica-online.webnode.com/200000623-2f0b92f0bb/artcient22052020.pdf>. Acesso em: 9 out. 2020.

VARELA, Maria Gil. Contracepção hormonal. Manual de ginecologia. Lisboa, **Permanyer Portugal**, p. 75-76, 2011. Disponível em: http://www.fspog.com/fotos/editor2/cap_29.pdf. Acesso em: 12 de ago. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. WHO medical eligibility criteria wheel for contraceptive use. **UNFPA**. 2015. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/173585/9789241549257-bos.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

YELA, Daniela Angerame et al. Variação de peso em usuárias usuárias de sistema sistema intra-uterino liberador liberador de levonorgestrel levonorgestrel, DIU T-cobre e acetato de medroxiprogesterona xiprogesterona no Brasil. **Rev Assoc Med Bras**; 52(1): 32-6, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ramb/a/yxwd8pTxSQzdyJm3hMMJrnx/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2021.

YU, Jingbo; HU, X. Henry. Inappropriate use of combined hormonal contraceptives for birth control among women of reproductive age in the United States. **Journal of Women's Health**, v. 22, n. 7, p. 595-603, 2013. Disponível em: <https://www.liebertpub.com/doi/abs/10.1089/jwh.2012.3955>. Acesso em: 11 ago. 2021.

Xu, Hanna; Eisenberg, David L.; Madden, Tessa; Secura, Gina M.; Peipert, Jeffrey F. Contra-indicações médicas em mulheres que buscam contracepção hormonal combinada. Publicado: **PlumX Metrics** 18 de novembro de 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ajog.2013.11.023>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ANEXOS

ANEXO 1 – CURRÍCULO LATTES



Karolaine de Aguiar Moreira

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0457945516360658>

ID Lattes: **0457945516360658**

Última atualização do currículo em 01/09/2021

Atualmente estudante do 10º período de graduação de Bacharel em Farmácia pela Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome	Karolaine de Aguiar Moreira
Nome em citações bibliográficas	AGUIAR, K.
Lattes iD	http://lattes.cnpq.br/0457945516360658
Orcid iD	https://orcid.org/0000-0002-0623-3281

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2017	Graduação em andamento em Farmácia. Faculdade de Educação e Meio Ambiente, FAEMA, Brasil.
2012 - 2014	Ensino Médio (2º grau). E.E.E.F.M. Heitor Villa Lobos, HVL, Brasil.

Formação Complementar

Áreas de atuação

1.	Grande área: Ciências da Saúde / Área: Farmácia.
----	--

Idiomas

Português	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Espanhol	Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica ▼

1. ★ **AGUIAR, K.**; Guimaraes, D. ; Rezende, D. . GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE DE UMA FARMÁCIA DO INTERIOR DA AMAZÔNIA LEGAL. REVISTA CIENTÍFICA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE **JCR**, v. 12, p. 55/1-70, 2021.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. II Congresso Online Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - II CONAPICS. 2021. (Congresso).
2. I Simpósio do Ciclo Menstrual. 2020. (Simpósio).
3. Simpósio Pré-Congresso de Oncologia - LAOMAC/UFRJ. 2020. (Simpósio).

Educação e Popularização de C & T

Artigos

Artigos completos publicados em periódicos

1. ★ **AGUIAR, K.**; Guimaraes, D. ; Rezende, D. . GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE DE UMA FARMÁCIA DO INTERIOR DA AMAZÔNIA LEGAL. REVISTA CIENTÍFICA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE **JCR**, v. 12, p. 55/1-70, 2021.

ANEXO 2- RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DE PLÁGIO



RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DE PLÁGIO

DISCENTE: Karolaine de Aguiar Moreira

CURSO: Farmácia

DATA DE ANÁLISE: 06.09.2021

RESULTADO DA ANÁLISE

Estatísticas

Suspeitas na Internet: **4,05%**

Percentual do texto com expressões localizadas na internet 🚩

Suspeitas confirmadas: **2,43%**

Confirmada existência dos trechos suspeitos nos endereços encontrados 🚩

Texto analisado: **92,69%**

Percentual do texto efetivamente analisado (frases curtas, caracteres especiais, texto quebrado não são analisados).

Sucesso da análise: **100%**

Percentual das pesquisas com sucesso, indica a qualidade da análise, quanto maior, melhor.

Analisado por Plagius - Detector de Plágio 2.7.1
segunda-feira, 6 de setembro de 2021 12:41

PARECER FINAL

Declaro para devidos fins, que o trabalho da discente **KAROLAINE DE AGUIAR MOREIRA**, n. de matrícula **26871**, do curso de Farmácia, foi **APROVADO** na verificação de plágio, com porcentagem conferida em 4,05%, devendo a aluna fazer as correções necessárias.

(assinado eletronicamente)

HERTA MARIA DE AÇUCENA DO N. SOEIRO

Bibliotecária CRB 1114/11

Biblioteca Júlio Bordignon

Faculdade de Educação e Meio Ambiente